

MARÍLIA PASTUK
EMANUELLE ARAÚJO
MAURO AMOROSO

com participação especial de
ARMAND PEREIRA

RAZÃO
POR QUE
FIZ?



*Projeto
Pan Social*

MARÍLIA PASTUK
EMANUELLE ARAÚJO
MAURO AMOROSO
com participação especial de
ARMAND PEREIRA

RAZÃO POR QUE FIZ?

PROJETO PAN SOCIAL

1ª. EDIÇÃO

CAN DE BRITO

RIO DE JANEIRO

2010

ISBN 978-85-63708-00-7



9 788563 708007



**PROJETO PAN SOCIAL
PRÊMIO TOP SOCIAL
2009**

**AÇÃO COMUNITÁRIA DO
BRASIL DO RIO DE JANEIRO
2010**

**PROJETO PAN SOCIAL:
UM ESFORÇO INTEGRADO VISANDO À
RE-INSERÇÃO NO RIO DE JANEIRO DE JOVENS
EM CONFLITO COM A LEI**



RAZÃO POR QUE FIZ?
SEI OU NÃO SEI. DE ÁS, EU PENSAVA CLARO.
ACHO QUE DE BÊS NÃO PENSEI. [...]
O SENHOR PENSE OUTRA VEZ,
REPENSE O BEM PENSADO [...]

“GUIMARÃES ROSA”



AGRADECIMENTOS

À Petrobrás, em nome do Dr. José Sérgio Gabrielli, Presidente, e demais profissionais da empresa envolvidos com o Projeto Pan Social, que apostaram no sucesso da iniciativa que lhe valeu o Prêmio Top Social 2009, oferecido pela ADVB.

Ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, em nome do Exmo. Sr. Governador Sérgio Cabral e particularmente da Dra. Adriana Ancelmo, Primeira Dama do Estado, que tem sido a principal incentivadora da construção de um Novo Degase.

À Diretoria e equipe de profissionais do Degase envolvida com o Projeto, que confiaram no nosso trabalho e foram parceiros fundamentais para sua realização e êxito.

Às coordenações e equipe técnica da ACB envolvida com o mesmo, que entenderam sua importância e significado e não mediram esforços para dar-lhe a substância necessária.

Aos familiares e educandos do PAN Social, jovens em conflito com a lei cumprindo medida sócio-educativa no Degase, que deram um voto de confiança para a sua proposta, souberam internalizá-la e fazer com que cumprisse seu objetivo.

Ao Projeto Imagens do Povo realizado pela ONG Observatório de Favelas.

Ao Dr. Armand Pereira, ex-diretor da OIT para o Brasil e para os Estados Unidos, que contribuiu para a elaboração desse livro de forma comprometida e solidária.

APRESENTAÇÃO

Esse livro foi produzido por várias mãos, em momentos diversos, complementares. Junto com Emanuelle Araujo e demais profissionais da equipe, tive o privilégio de participar da execução do projeto propriamente dito - primeiro momento. Também participei do momento subsequente quando Mauro Amoroso e Armand Pereira se debruçaram sobre o Pan Social e o contexto no qual estava sendo implementado para avançar na avaliação respectiva e na discussão em torno da temática do jovem em conflito com a lei, por si só complexa e paradoxal.

Dessa forma, no primeiro capítulo do livro apresentamos uma visão geral sobre o contexto onde esses jovens estão inseridos apontando para algumas das contradições existentes com relação ao mesmo; no segundo, apresentamos o projeto Pan Social desde sua concepção até resultados alcançados e sua avaliação. Finalmente, no terceiro capítulo do livro, como conclusão, Armand Pereira levanta uma série de considerações - das quais compartilhamos, relativas à prevenção da violência juvenil.

Por meio desse esforço coletivo, esperamos estar contribuindo para a análise da problemática em questão bem como para o desenho e a execução de políticas públicas sociais que venham de encontro com alternativas de soluções viáveis e necessárias.

Marília Pastuk, socióloga
Coordenadora Geral do Projeto Pan Social
Superintendente da ACB/RJ

RAZÃO POR QUE FIZ?

PROJETO PAN SOCIAL: UM ESFORÇO INTEGRADO VISANDO À RE-IN-
SERÇÃO NO RIO DE JANEIRO DE JOVENS EM CONFLITO COM A LEI

CAPÍTULO 1

O CONTEXTO

12 1.1 FAVELAS, VIOLÊNCIA URBANA E JUVENTUDE:
BREVE DISCUSSÃO

12 1.1.1 PENSANDO AS FAVELAS: NOTAS SOBRE DEBATES E
DOGMAS

14 1.1.2 O OLHAR DO MEDO: VIOLÊNCIA URBANA E FAVELAS
NOS ANOS 90

20 1.1.3 OS DEMAIS LADOS DA MOEDA: OUTRAS VISÕES
NAS RELAÇÕES ENTRE VIOLÊNCIA URBANA E FAVELAS

24 1.2 JOVENS EM CONFLITO COM A LEI, SISTEMA
SÓCIOEDUCATIVO E O DEGASE

CAPÍTULO 2

O PROJETO PAN SOCIAL

30 2.1 CONCEPÇÃO

32 2.2 PÚBLICO ALVO

34 2.3 IMPLEMENTAÇÃO

38 2.3.1 OFICINAS DE ARTE E CULTURA

50 2.3.2 OFICINAS DE CAPACITAÇÃO E
EMPREENDEDORISMO SOLIDÁRIO



2.3.3	OFICINAS DE INCENTIVO À LEITURA	66
2.3.4	QUALIFICAÇÃO EM TÉCNICAS DE VENDAS	68
2.3.5	ATIVIDADES DESPORTIVAS	70
2.4	CARACTERÍSTICAS INOVADORAS	74
2.5	PRINCIPAIS AVANÇOS	78
2.6	RESULTADOS ALCANÇADOS	83
2.7	AVALIAÇÃO GERAL	86

CAPÍTULO 3
VIOLÊNCIA JUVENIL

3.1	A VIOLÊNCIA JUVENIL EM PERSPECTIVA: ALGUNS DADOS	90
3.2	REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: UM DEBATE NA CONTRAMÃO	100
3.3	PREVENÇÃO: FUNDAMENTAL PARA RE- DUZIR A VIOLÊNCIA E A CRIMINALIDADE	102
3.4	PREVENÇÃO: MAIS EFICAZ E MAIS RENTÁVEL QUE A MERA REPRESSÃO E REABILITAÇÃO	108
3.5	CONSIDERAÇÕES SOBRE PROJETOS DE RE- ABILITAÇÃO E DE PREVENÇÃO	112



Ação Comunitária do Brasil
Rio de Janeiro



CAPÍTULO 1

O CONTEXTO

I.1 Favelas, violência urbana
e juventude: breve debate

III.1 Pensando as favelas:
notas introdutórias
sobre seus debates
e dogmas

A relação entre as favelas e a cidade é reveladora de inúmeros aspectos sobre padrões de sociabilidade existentes. Um lado da questão é a percepção desse segmento social, por boa parte da sociedade e dos que sobre ela refletem, como expressão da desigualdade social, cidadania excludente, restrita, fragmentada e hierarquizada. Tendo em vista o abandono das políticas de remoção, predominantes na ditadura militar, Alba Zaluar e Marcos Alvito colocam que “a favela venceu”. No entanto, Luiz Antônio Machado da Silva provocativamente responde: “mas e os favelados?”¹. Tal consideração diz respeito a uma contradição: por mais que a conjuntura histórica da redemocratização brasileira tenha percorrido um caminho que estabeleça garantias de continuidade dessas áreas, com diferentes graus de acesso a condições de infra-estrutura urbana, inclusive, o que se nota é a constituição de uma barreira social e simbólica para a garantia dos direitos e do uso dos bens da cidade, tanto os de natureza material quanto os de simbólica, por seus moradores. Ou seja, a “vitória” das favelas teria se dado em troca da constituição de uma categoria social sub-

alterna, que abarca seus habitantes, não alterando sua situação na estratificação social ou seu padrão básico de sociabilidade urbana².

Contudo, as favelas não podem ser definidas apenas por suas carências, embora tal prática seja um lugar comum em diversos setores da sociedade³. Afinal, estamos falando de áreas dotadas de grande heterogeneidade física, espacial e social. E no entanto, noções relativas a uma suposta pobreza reinante, ou que jogam olhares sobre essas formas de moradia como espaços à parte da dinâmica da cidade continuam a ser constantemente disseminadas por diversos atores. Tais concepções são caracterizadas por Lícia Valladares como “dogmas sobre as favelas”, e são responsáveis por uma abordagem reducionista e simplista de partes de nossa paisagem urbana dotadas de complexidades diversas. Não poderia deixar de ser notado que a postura do Estado, concretizada em políticas públicas, muitas vezes reforça tal visão⁴.

Desse modo, é possível perceber a força do tema “favela” no imaginário coletivo a partir de sua percepção articulada como fato urbano, representa-



ção sobre a cidade e problema de ordem pública⁵. Os últimos 25 anos, sobretudo, têm acrescentado tonalidades específicas ao debate. Constrói-se, assim, um quadro no qual os temas associados às favelas têm constituído um campo de disputa semântica entre práticas criminalizantes e de descriminalização entre diferentes e diversos atores, cujos esforços de construção de identificações para essas áreas e seus moradores não têm apresentado o traço da unanimidade como predominante. Com relação ao discurso governamental, sobretudo na década de 1990, é possível notar um viés que considera esse grupo social como possuidor de perfil e culturas próprias específicas e exclusivas dentro da cidade. Tal posicionamento propicia o surgimento de formas de identificação social, que devem ser consideradas atos políticos, que dão margem a possibilidades do advento de propostas de intervenção especificamente direcionadas para um setor da sociedade e que podem contribuir para a segregação do espaço urbano⁶.

Portanto, nota-se uma mudança nas práticas de caracterização e de construção de significados so-

bre as favelas. Quando estas surgem no espaço urbano, no final do século XIX, e depois nele se consolidam, no século XX, a dimensão física e espacial era o principal alvo de críticas. As condições de moradia, marcadas pela precariedade e ilegalidade, vez por outra acrescidas de crítica à imoralidade, eram pontos a serem discutidos por diversos setores da sociedade. Décadas se passaram, e inquestionáveis mudanças ocorreram na infra-estrutura das favelas, ainda que de forma desigual. No entanto, a questão da violência tem colocado barreiras à construção de uma sociabilidade positiva. Primeiramente, pelas consequências das ações armadas desses grupos, atingindo diretamente aqueles que forçadamente com eles convivem. Segundo, pelas construções simbólicas negativas que associam diretamente moradores de favelas e traficantes, criando uma situação propícia ao desrespeito dos direitos mais básicos, constitucionalmente garantidos, do primeiro grupo. Com isso, vemos uma relação entre “favela” e “asfalto” marcada por uma tênue tolerância indo para a não-aceitação, o que se constitui em uma base fraca para sustentar qualquer tipo de relação de sociabilidade⁷.



1.1.2 - O OLHAR DO MEDO:

Violência Urbana e favelas nos anos 90

A questão da violência urbana tem sido uma das faces daquilo que o senso comum convencionou chamar de “a decadência do Rio”. O quadro agravou-se na década de 1990, sobretudo, quando tal temática ganha cores mais fortes diante da caracterização do narcotráfico então observada e suas relações com os espaços em questão. Os anos de 1993 e 1994 foram percebidos, por diversos sujeitos com ampla atuação na esfera pública, pelo cotidiano dramático para os habitantes do Rio de Janeiro. A grande imprensa pintava de tons, por vezes sensacionalistas, as ações ligadas ao narcotráfico presente, sobretudo, nas favelas. No entanto, segundo Luiz Eduardo Soares⁸:

“Os números de 93 eram eloqüentes: assim que o segundo governo Brizola assumiu, em 91, diminuiu significativamente, na baixada fluminense, a criminalidade contra a pessoa, sobretudo aquela mais grave: o homicídio doloso. Foram presos trezentos policiais ligados a esquadrões da morte. (...) de 91 a 93, os indicadores, particularmente aqueles relativos às formas mais graves de criminalidade, demonstravam estabilização. Os números eram muito elevados, a situação era evidentemente grave. No entanto, estávamos longe do caos, da perda de controle, da escalada vertiginosa que a mídia proclamava.”

As chacinas da Candelária e de Vigário Geral, assim como as atuações das quadrilhas de traficantes, geraram mais de uma forma de percepção e de tomadas de posição sobre o problema. Nesse período, é realizada uma pesquisa em âmbito acadêmico pelo Instituto Superior de Estudos da religião (ISER), como meio de trazer ao debate dados mais sólidos e contribuir para um quadro que melhor refletisse o panorama alcançado pela criminalidade. Luiz Eduardo Soares contrapõe duas visões sobre a questão. A primeira, a qual

ele se refere como caracterizada pela “levianidade das generalizações tão comum na imprensa e em comentários informais”, enquanto a segunda considerava a “especificidade das diferentes dinâmicas em curso, formadoras de um quadro bastante complexo e desafiador”⁹. Porém, o sociólogo ressalta o forte componente de disputa política opondo essas duas formas de abordagem. O primeiro setor fazia parte de um conjunto maior de considerações acerca de uma suposta “decadência do Rio”, na qual a chamada “violência carioca” seria uma das vertentes. Essa visão possui um caráter fortemente uniformizante, homogeneizante e generalista, tendendo a construir uma imagem de abordagem específica sobre a questão da segurança pública¹⁰.

Contudo, não há como negar o redimensionamento que a problemática da violência tem alcançado, sobretudo a partir dos anos 1980, assim como suas conseqüências para as áreas de favelas e para a cidade como um todo. Já foi citada a posição de Luiz Eduardo Soares, compartilhada pelos membros do grupo de pesquisa ligado ao Instituto de Estudos da Religião (ISER), sobre a estabilização, colocada pelo sociólogo como grave, dos dados sobre violência na cidade. A partir dos dados encontrados, foi traçado um perfil da principal vítima da violência nesse período :

“as vítimas da criminalidade letal são, principalmente os jovens, entre 18 e 29 anos (...), ou, mais especificamente, entre 18 e 24 anos (...); são pretos ou pardos (...) e do sexo masculino, em 90% dos casos. (...) As vítimas apresentavam algum envolvimento com as redes perigosas das drogas em 65% dos casos ocorridos na cidade, em 1992”.

¹ Cf., SILVA, Luiz Antonio Machado da. “A continuidade do “problema da favela”. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002. p. 223.

² Idem.

³ Ibidem.

⁴ Cf., VALLADARES, Lúcia. “Que favelas são essas?”. Insight Inteligência. Rio de Janeiro: ago./out. 1999.

⁵ Cf., SILVA, op. cit.



Crédito Oficina "FotoOlhares" do Pan Social
Exposição Sonhos Velados
Casa de Cultura Laura Alvim - 2008


⁶ Cf., BIRMAN, Patrícia. "Favela é comunidade?". In: SILVA, Luiz Antônio Machado da. (org.) *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

⁷ Cf., SILVA, op. cit.

⁸ Cf., SOARES, Luiz Eduardo. "O Mágico de Oz e outras histórias sobre a violência no Rio". In: *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER/Relume Dumará, 1996. p. 252.

⁹ Idem, p. 255.

¹⁰ Cf., SOARES, op. cit. p. 247.



A construção desse perfil trata-se de um esforço das ciências sociais de trazer à tona a questão social como um dos principais componentes para o entendimento da problemática da violência. Tal esforço é justificado como contraponto a uma concepção sobre esse tema corrente em diversos setores da sociedade, sobretudo na mídia. No caso, fazendo referências visões que percebem uma impossibilidade de convivência pacífica de setores sociais diversos no espaço público. Tal interpretação possibilita tomadas de posição que privilegiam uma visão segregada da cidade, criando um campo simbólico que acaba por sustentar posturas repressivas que violam direitos básicos de moradores de favelas.

Portanto, a partir dos anos 1990, as favelas cada vez mais têm sido associadas à noção de “classes perigosas”, mas com uma diferença com relação a posturas históricas anteriores. Essa associação não mais tem sido embasada por uma missão civilizatória, cujos ecos ressoam ainda nas remoções de 1960 e 1970, e que levaram a uma redistribuição hierarquizada do espaço sem uma discriminação tão radical. O que se nota na conjuntura histórica aqui retratada é uma mudança nas formas estruturais de controle social, que no caso das favelas aponta um direcionamento claro para a criminalização¹¹.

Um exemplo concreto de uma postura estatal direcionada a partir da identificação social desses espaços com a violência, com consequências segregacionistas e nocivas, foi a implementação de “premiações e promoções por bravura”. Tal ato, que recebeu a alcunha de “gratificação faroeste”, foi implantado pela Secretaria de Segurança do estado a partir de 1995, e seus resultados contraditórios apontaram para o aumento da violência¹² que se pretendia erradicar. Ignacio Cano, em pesquisa sobre o número de civis mortos ou feridos em situações de uso de armas de fogo por policiais, revela que entre 1993 e 1995, o número de opositores¹³ mortos subiu de 155 para 358, enquanto o de civis acidentalmente feridos subiu de 48 para 91¹⁴.

¹¹ Machado/Rivero

¹² Que quando atinge as áreas faveladas é “conhecida e não-explicitamente consentida”, por muitos segmentos sociais, conforme colocado de forma feliz pela socióloga Márcia Leite.

¹³ Definidos como “opositores ou pessoas contra as quais os policiais atiraram intencionalmente”. Cf., CANO, Ignacio. “Uso da força letal pela polícia do Rio de Janeiro: os fatos e o debate”. Rio de Janeiro: Archè, ano VII, n. 19, 1998. p. 207.

¹⁴ Idem, *ibidem*.



Crédito Oficina "FotoOlhares" do Pan Social
Exposição Sonhos Velados
Casa de Cultura Laura Alvim - 2008

Também é interessante mencionar que, em 1991, a proporção de homicídios ocasionados pela intervenção policial não excede 4% em cidades norteamericanas como Nova Iorque, Chicago e Los Angeles, no Rio de Janeiro o mesmo índice beira os 10%¹⁵, o que revela o caráter repressivo e letal de nosso aparato policial. Por último, é válido ressaltar que o índice de letalidade¹⁶ em cidades como Buenos Aires (1, 5), Jamaica e São Paulo (1, 9 ambas) é inferior ao do Rio de Janeiro (2, 7), em 1995. Também é importante atentar que o mesmo índice, entre janeiro de 1993 e abril de 1995, era de 1, 7, subindo para 3, 5 no período entre maio de 1995 a julho de 1996, quando foi implantada a “gratificação faroeste”¹⁷.

Os dados citados revelam o recrudescimento do Estado no tratamento da questão da violência no período proposto, e não deve ser considerado como mera coincidência que tal quadro se desenvolva após uma disputa simbólica, tendo a mídia como palco fundamental, acerca dos significados das favelas e sua relação com a cidade. Principalmente em um contexto de crescente problematização de tais áreas como foco irradiador da criminalidade, estando a ela diretamente identificadas, segundo certas interpretações.

¹⁵ *Ibidem*, p. 209

¹⁶ Número de opositores mortos divididos pelo número de opositores feridos resultantes de confrontos armados em incursões policiais.

¹⁷ *Idibidem*, p. 211 e 212.



A violência associada ao tráfico nas grandes cidades tem suscitado um panorama de medo, cerceamento da sociabilidade e uma impressão, principalmente por partes dos habitantes das áreas urbanas por ela mais atingidas, de encolhimento do espaço público. No entanto, políticas de segurança pública deveriam levar em conta uma diversidade de fatores, como a globalização do tráfico de entorpecentes e suas relações com o mercado formal, além de acesso a bens simbólicos e culturais, enquanto ferramenta de acesso a status e instrumentos de poder diferenciados por parte de jovens que ingressam nessa atividade ilegal. A mera resposta pela força repressiva, conforme mostra a experiência das gratificações e promoções por "bravura", contribuíram para o aumento dos custos em termos de vidas humanas e para criar uma situação inconstitucional favorável à violação de direitos humanos. Desse

modo, cada vez mais nota-se, ao longo da década de 1990, a solidificação de limites sociais, simbólicos e de força policial para a circulação e fruição de áreas da cidade concernentes ao uso público.

Assim, as percepções sobre as favelas como locus irradiador da criminalidade urbana, de autoria de diferentes setores da sociedade civil, tendo os veículos midiáticos como principal palco para seu desenvolvimento, também podem ser expandidas para um projeto relativo a esses espaços de moradia. Porém, é preciso atentar para tudo que esta abarca, como o campo da exclusão social e urbana associada à problemática da segurança pública, conforme observado na conjuntura histórica tratada. As disputas discursivas apresentadas revelam o embate entre diferentes concepções políticas e projetos para a cidade que chegam a adentrar o universo mais amplo da perspectiva nacional.



1.1.3 - OS DEMAIS LADOS DA MOEDA:



Outras visões sobre relações entre violência urbana e favelas

É preciso tecer considerações mais claras sobre a dinâmica que a temática da “violência urbana” vem adquirindo. Luiz Antônio Machado da Silva chama atenção para a mesma como objeto de preocupação das cidades brasileiras, ocupando a agenda pública como um de seus temas centrais, provocando uma forte carga de sentimentos de medo e insegurança²². Essa percepção, associada à ação do tráfico nas grandes cidades, tem resultado em um panorama de cerceamento da sociabilidade e de uma sensação, sobretudo pelos moradores de favelas e demais áreas diretamente afetadas por esses grupamentos criminosos, de encolhimento do espaço público a partir de imagens como a da “cidade partida”²³.

O comércio ilegal de entorpecentes assume um novo perfil a partir dos anos 1980. Começa, desse modo, a ocupar a cena a atuação de quartéis internacionais, a venda de cocaína em larga escala e a ação de grupos fortemente armados. Para as favelas, a consequência desse novo padrão é a sua ocupação por esses grupos, que passam a utilizá-las como locais estratégicos para a venda de drogas e para buscar uma relativa ocultação dos aparatos repressivos do Estado. Diversos segmentos sociais têm visto essa situação de maneira a fundir os habitantes dessas áreas à representação negativa ligada ao crime, embasada pela contigüidade física, forçada a grande maioria das vezes, com os traficantes. Desse modo, ocorre um isolamento dos moradores de favelas, bem como a criminalização de suas manifestações²⁴.

Este é o principal fator que possibilita o surgimento de limites sociais, simbólicos e, por diversas vezes, de força policial para o usufruir de algumas áreas públicas da cidade, como praças, praias e shopping centers. Diante dessa perspectiva, morar em favelas torna-se uma marca simbólica, um estigma. E esse estigma apresenta um processo de espacialização, ou seja, ele é identificado a habitantes de áreas específicas do espaço urbano, como as próprias favelas. Essas manifestações são corporificadas em situações de descaso, conflitos e abusos de autoridade de diversos agentes do Estado, a exemplo da polícia, a primeira a ser mencionada pelo grupo social do qual trato²⁵. Porém, essa visão desse segmento como “criminosos em potencial” precisa ser problematizada. A verdade é que diversas conjunturas históricas apresentam o uso político de representações do habitante dessas áreas como “o outro”, o lado negativo da sociedade, como forma de controle social²⁶. E a categoria de senso comum que associa “favela” e “tráfico”, conforme comprovado pelos dados levantados por Ignácio Cano, afetam diretamente a agenda pública²⁷.

Machado da Silva entende “violência urbana” como o complexo de práticas legal e administrativamente conhecidas como crime. Nessa categoria, a força física se apresenta como uma grave ameaça à integridade física e à garantia patrimonial, causando uma ruptura com a normalidade cotidiana. Com isso, rotinas são alteradas em seus aspectos cogni-

18 Cf., FRIDMAN, Luiz Carlos, LEITE, Márcia & OLIVEIRA, Pedro Paulo de. “Sussuro que se torna voz: moradores de favelas falam sobre violência, justiça e ação coletiva”, mimeog.

19 Que vão de tênis importados a armas de fogo, um importante símbolo de poder e afirmação de um ethos de masculinidade guerreira. feridos resultantes de confrontos armados em incursões policiais.

20 Cf., ZALUAR, Alba. “A globalização do crime e os limites da explicação local”. In: VELHO, Gilberto & ALVITO, Marcos (orgs.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

21 Cf., FRIDMAN, LEITE & OLIVEIRA, op. cit.

22 Cf., SILVA, Luiz Antônio Machado da. “Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública”. In: *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

tivo, instrumental e moral, e a própria força física passa a construir e orientar ações, definindo modos de conduta informalmente reconhecidos²⁸. A partir desse elemento, tem-se o dilaceramento do tecido social por contradições e conflitos, também tendo como causa o crescimento econômico concentrador de renda e a expansão urbana de forma excludente. A mídia, principalmente, assim como outros setores, tem construído significações acerca de uma quebra irremediável entre a classe média e a “favela”, reforçando nexos simbólicos de territorialização da pobreza e da marginalidade. Assim, a “cultura do medo” tem sido um dos principais fatores de alteração de padrões de sociabilidade²⁹.

No entanto, quando se fala em “exclusão social”, é preciso reconhecer suas manifestações como de diferentes tipos. Sua explicação não se deve apenas ao entendimento do convívio entre sociedade e Estado, sendo preciso levar em conta relações interpessoais e participação dos setores da sociedade na cena pública³⁰. Desse modo, a solução para o problema não deve ser focada apenas em uma ação pura do Estado ou de organizações da sociedade civil, ou pela justificativa econômica de fatores como desemprego e baixa escolaridade como causa da territorialização de favelas pelo tráfico. Apesar de não negarmos a importância desses fatores para o desenvolvimento da violência urbana, não devemos reduzir as causas do fenômeno aos mesmos³¹. O pensamento social brasileiro possui uma tradição de associar diretamente a miséria como causa da criminalidade e da violência. Essa abordagem simplifica uma questão diversa e ampla, que deve ser refletida levando-se em conta contextos locais distintos e diferentes lógicas de lucro, do financeiro ao simbólico³².

Márcia Leite caracteriza duas posturas perante a questão da violência. A primeira é de responsabilidade de grupos políticos específicos, de parte da classe média e do aparato policial, e grande parcela dos meios de comunicação. Prega a “disciplinarização” das “classes perigosas”, em nome de uma pretensa ordem e segurança, nem que para isso se rompa com as garantias constitucionais de direitos. A segunda, oriunda de organizações não-governamentais, certos intelectuais e outros, atenta para a necessidade de formulação e aplicação de uma política de cidadania, sobretudo para jovens, e pela busca de alternativas no campo da segurança pública³³.

O tratamento de espetacularização e associação do crime às favelas, denominado pela socióloga de “metáfora da guerra”, influencia leituras sobre a noção de cidadania ao pôr em xeque a eficácia dos mecanismos institucionais para manutenção da ordem. Também afirma uma quebra do pacto civil e civilizatório, dando margem para a irrupção de um estado de guerra³⁴. Contudo, essa visão não leva em conta a real natureza da convivência entre os moradores de favelas e os envolvidos com o tráfico de drogas. Essa contigüidade física apresenta uma interação nebulosa com drásticos resultados, sendo um deles a geração de pontos de tensão que alimentam as representações acerca da violência urbana. A relação entre moradores e traficantes é muito mais de submissão do que subordinação, e, mesmo assim, devido às visões simplistas da sociedade, afeta o direito à voz do primeiro grupo³⁵.

23 Cf., FRIDMAN, Luiz Carlos, LEITE, Márcia & OLIVEIRA, Pedro Paulo de. “Sussuro que se torna voz: moradores de favelas falam sobre violência, justiça e ação coletiva”, mimeog.

24 Idem.

25 Ibidem.

26 Machado/Rivero.

27 Cf., MACHADO, “Violência urbana, sociabilidade violenta...”, op. cit.

28 Idem.

29 Cf., LEITE, Márcia. “Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro”. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v. 15, n. 14, out. 2000.



A institucionalização da cidadania no Brasil se deu a partir de uma inconsistente percepção de seus direitos, além da ausência de mecanismos eficazes para protegê-los. Violência, medo, insegurança e particularismo, sobretudo quando relacionados às favelas, têm constituído um pensamento refratário à extensão dos direitos de cidadania. Desse modo, a “metáfora da guerra” tem propiciado interpretações que justificariam, no campo do simbólico, medidas drásticas como a violência e os excessos do aparato policial³⁶.

Uma série de fatores não costuma ser levado em conta quando a temática da violência surge em pauta. Nas últimas décadas, temos presenciado mudanças nas relações de gênero, organização familiar, valores associados ao trabalho e ao consumo. Tais aspectos se aliam à intolerância religiosa, a um panorama de crime e corrupção em instituições públicas, desigualdade e obsolescência nos sistema e código penal brasileiro³⁷. Tal quadro propicia o surgimento de formas de condutas descritas por Alba Zaluar³⁸:

“A imagem do menino favelado que com uma AR-15 ou metralhadora UZI na mão, as quais considera

como símbolos de sua virilidade e fonte de grande poder local, com um boné do movimento negro da América do Norte, ouvindo música funk, cheirando cocaína produzida na Colômbia, ansiando por um tênis Nike do último tipo e um carro do ano.”

Mais uma vez é válido reforçar a necessidade de evitar-se reflexões e soluções simplistas para a questão. Culpar apenas números referentes a escolaridade e emprego nas favelas é um ato pouco produtivo, uma vez que em locais tradicionalmente associados à classe média, que apresentam esses mesmos índices em valores mais elevados, igualmente estão sujeitos às conseqüências do tráfico, com muitos filhos dos setores socialmente mais favorecidos fazendo parte dessa máquina³⁹. Talvez uma solução sólida para a temática da violência necessariamente passe pela ressemantização da idéia de cidadania, criando um ideal de pertencimento à cidade que ultrapasse barreias entre “favela” e “asfalto”⁴⁰. Desse modo, torna-se necessária a restauração de redes de reciprocidade positiva, reforçando a solidariedade entre diferentes gerações, classes e criando um campo positivo para o estabelecimento positivo entre diversas organizações e instituições.

³⁰ Cf., ZALUAR, Alba. “Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas.” *Dados*. Rio de Janeiro: v. 40, n. 3, 1997

³¹ Cf., MACHADO, “Violência urbana, sociabilidade violenta...”, *op. cit.*

³² Cf., ZALUAR, *op. cit.*

³³ Cf., LEITE, *op. cit.*

³⁴ *Idem.*

³⁵ Cf., MACHADO, “Violência urbana, sociabilidade violenta...”, *op. cit.*

³⁶ Cf., LEITE, *op. cit.*

³⁷ Cf., ZALUAR, *op. cit.*

³⁸ Cf., ZALUAR, Alba. “A globalização do crime...”, *op. cit.* p. 55.

³⁹ Cf., ZALUAR, Alba. “Exclusão e políticas públicas...”, *op. cit.*

⁴⁰ Cf., LEITE, *op. cit.*

12 Jovens em conflito
com a lei, medidas
socioeducativas e
o DEQASE



A doutrina da proteção integral disposta na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e na Lei 8.069/90 eleva crianças e adolescentes à condição de sujeitos de direitos e os reconhece como pessoas em desenvolvimento, além de conferir à família, ao Estado e à sociedade o dever de assegurar seus direitos fundamentais e de proteção com prioridade absoluta (Art. 227, CF/88). As medidas sócioeducativas impostas aos adolescentes em conflito com a lei têm finalidades pedagógicas e levam em consideração a vulnerabilidade do público a qual se destinam⁴¹.

Tais medidas se dividem em dois diferentes grupos. No primeiro incluem-se aquelas não privadas de liberdade: advertência, reparação de dano, prestação de serviço à comunidade assistida. No segundo grupo estão as que submetem o adolescente infrator à restrição ou privação de liberdade: semiliberdade e internação, com ou sem atividades externas. Quanto à inserção em regime de semiliberdade, implica a institucionalização. Situa-se, na sua gravidade, entre a liberdade assistida e a internação. Por ela, o (a) infrator (a) sujeita-se às regras de uma unidade, exercendo atividades externas regulares. Já a internação é uma medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios da brevidade e da excepcionalidade, segundo determinam a Constituição da República e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Não poderá ultrapassar o período de três anos.

Em 2008, o ECA completou sua maioridade e a questão da segurança pública no Brasil e do envolvimento de jovens em atos criminosos segue na pauta do dia. As discussões giram frequentemente em torno dos jovens em conflito com a lei, e a cada novo caso de crimes cometidos por eles volta-se ao debate relativo à redução da maioridade penal.

De fato, a agenda da violência envolvendo adolescentes tem uma particularidade, um complicador intrínseco, o fato de que adolescentes são vítimas e autores de violência. Eles morrem e matam. Dessa forma, se ora são percebidos pelos diversos sujeitos sociais como vítimas ora o são como criminosos, o que traduz a complexidade da questão.

De acordo com o primeiro Mapeamento Nacional da Situação do Atendimento dos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Sócioeducativas realizado em 2002 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Fundo das Nações Unidas – UNICEF, entre outros, no Brasil existia na época em torno de 10 mil adolescentes internos em instituições sócioeducativas. Eram em sua grande maioria adolescentes do sexo masculino (90%), negros (mais de 60%) e com idade entre 16 e 18 anos (76%). Desses jovens, 81% viviam com a família quando cometeram o delito e 86% eram usuários de drogas, consumiam principalmente maconha (61%), cocaína/crack (31%) e álcool (32%). Em relação à situação escolar e laborativa, 51% não freqüentavam a escola, e 49% não trabalhavam. Quase a metade dos adolescentes não concluiu o Ensino Fundamental.

Em levantamento realizado no final de 2008 pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH)⁴², atualmente existem 16.868 internos no sistema sócioeducativo fechado⁴³. Se levamos em consideração as medidas em meio aberto, o número de jovens do sistema socioeducativo vai além de 60 mil, de acordo com dados dessa mesma Secretaria. Segundo o levantamento da SEDH, o Rio de Janeiro é o terceiro Estado com maior população de internos, contando com 1.107 jovens (7% da população total), perdendo apenas para Pernambuco (8%) e São Paulo (34%). (Tabela 1)

⁴¹ O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE é um instrumento jurídico-político que complementa o Estatuto da Criança e do Adolescente em matéria de ato infracional e medidas socioeducativas. É um documento que impõe obrigações e a co-responsabilidade da família, da sociedade e do Estado para a efetivação dos direitos fundamentais dos adolescentes autores de ato infracional. E ao Estado, principalmente, cabe a função de investir em políticas sociais que facilitem a concretização desse importante instrumento normativo.

⁴² Os dados deste levantamento são referentes a informações sobre gênero, tipo de medida – internação, internação provisória e semiliberdade - e lotação de jovens em cumprimento de medidas em meio fechado.

⁴³ Adolescentes privados de liberdade no Brasil. Disponível em: <www.direitosdacrianca.org.br/...socioeducativo...2008/.../arquivo>. Acesso em: 17 nov 2009.

⁴⁴ A Escola Sócio-educativa foi criada no ano de 2001 com o objetivo de oferecer um espaço pedagógico para o estudo da temática da adolescência, assim como a organização de melhores condições de trabalho e atendimento de saúde tanto ao trabalhador como ao adolescente. É neste espaço que universitários e pesquisadores interessados no tema são recebidos e orientados.

Tabela I

LEVANTAMENTO NACIONAL DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI - 2008

MEDIDAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE

	INTERNAÇÃO		INTERNAÇÃO PROVISÓRIA		SEMI LIBERDADE		TOTAL
	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.	
	SÃO PAULO	4.121	207	946	65	401	
PERNAMBUCO	988	39	253	13	83	7	1.383
RIO DE JANEIRO	648	16	179	17	236	11	1.107
BRASIL	11.243	491	3.497	218	1.350	69	16.868

No Rio de Janeiro, o Departamento Geral de Ações Socioeducativas - DEGASE é o órgão responsável pela execução de medidas sócioeducativas, de liberdade assistida, semiliberdade e internação de jovens em conflito com a lei. Foi criado no ano de 1993 para "atender as exigências do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e facilitar a objetivação de políticas de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, priorizando a educação, a integração e a inclusão" (BIONDI et alii, 2002: 9), substituindo a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (FCBIA). Esse Órgão já foi vinculado às Secretarias Estaduais de Justiça, Direitos Humanos, Ação Social e também ao Gabinete Civil, estando atualmente (desde 2008) vinculado à Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC/RJ). Atualmente possui dotação orçamentária própria.

As unidades do DEGASE recebem adolescentes entre 12 e 18 anos apreendidos por ato infracional ou mandado de busca e apreensão. Sua estrutura envolve cinco unidades de internação, sendo quatro masculinas e uma feminina; e dezessete unidades de semiliberdade, chamadas CRIAADS - (Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente), situadas na capital, região metropolitana e interior do Estado. Os jovens per-

manecem nas unidades de internação por um período de até três anos e por um período médio de seis meses nas unidades de semiliberdade.

Atualmente esse Departamento possui trinta unidades de atendimento direto e uma de atendimento indireto voltada ao servidor, chamada Escola de Gestão Sócio-educativa Paulo Freire⁴⁴. As unidades são distribuídas da seguinte forma:

- 1 Unidade de Plantão Interinstitucional;
- 1 Centro de Triagem e Recepção (porta de entrada do Sistema Degase, onde os adolescentes em conflito com a lei chegam oriundos das Varas da Infância e Juventude do Estado e também das DPCAS (Delegacia de Proteção a Crianças e Adolescentes) - localizado na Ilha do Governador/RJ);
- 5 Unidades de Privação de Liberdade;
- 17 Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente;
- 2 Unidades Pólo de Liberdade Assistida;
- 2 Unidades de Tratamento do Uso e Abuso de Drogas;
- 1 Centro Profissionalizante;
- 1 Núcleo Bio-psicossocial.

Com relação às unidades de internação, destacam-se:

- Instituto Padre Severino (IPS) - Localizada na

Ilha do Governador/RJ - Trata-se de uma Unidade de internação provisória, onde os adolescentes em conflito com a lei do sexo masculino aguardam, após serem apreendidos em decorrência de terem praticado um ato infracional, audiência nas Varas de Infância e Juventude do Estado do Rio de Janeiro. O tempo de espera (de acordo com o E.C.A.) é de 45 dias.

- Escola João Luiz Alves (EJLA) - Localizada na Ilha do Governador/RJ, fundada em 1926 pelo então Presidente da República, Dr. Arthur Bernardes, trata-se de uma unidade de internação para adolescentes em conflito com a lei do sexo masculino. É a Unidade do DEGASE que possui melhores condições no processo de ressocialização dos adolescentes, contando com escolarização, oficinas, assistência religiosa, etc.... Recebe adolescentes em conflito com a lei com faixa etária de 12 a 15 anos oriundos da capital e do interior do Estado para o cumprimento de medidas de internação.

- Educandário Santos Dumont (ESD) - Destinado exclusivamente à internação de adolescente em conflito com a lei do sexo feminino, localizado na Ilha do Governador/RJ.

- Educandário Santo Expedito (ESE) - Ocupa hoje as antigas instalações do presídio Moniz Sodré, localiza-se no Complexo Penitenciário do Gericinó (Bangu)/RJ. Trata-se de uma unidade de internação destinada a adolescentes em conflito com a lei de 16 anos até 21 anos oriundos da Capital ou que tenham as medidas sócioeducativas com amplos poderes das demais Comarcas do Estado à II Vara de Infância e Juventude da Capital/RJ.

- Centro de Atendimento Integrado de Belford Roxo (CAI Belford Roxo) - Também conhecido como Centro de Atendimento Integrado da Baixada (CAI Baixada) - Unidade de internação localizada em Belford Roxo, recebendo adolescentes em conflito com a lei do interior, baixada e capital.

Desde 2007/2008 o DEGASE passa por uma completa reestruturação com o objetivo de adequar melhor o Departamento às premissas contidas no Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo (SINASE). Nesse contexto de criação de um Novo DEGASE, foi concebido e executado o Projeto Pan Social.





O PROJETO PAN SOCIAL

2.1 Concepção

O Projeto PAN Social trata-se de uma iniciativa realizada no período de julho de 2007 a dezembro de 2009 pela ONG Ação Comunitária do Brasil do Rio de Janeiro (ACB/RJ) em parceria com o Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas (DEGASE) e a Petrobrás. Tal projeto buscou facilitar o processo de re-inserção social e profissional de jovens em conflito com a lei (homens e mulheres) em cumprimento de medidas sócio-educativas em unidades de internação, semiliberdade e liberdade assistida, localizadas nos bairros da Ilha do Governador, Bangu e Ricardo de Albuquerque, no município do Rio de Janeiro, e no município de Belford Roxo.

O Projeto visou o envolvimento de todos desde sua concepção até a avaliação respectiva no sentido de garantir a sustentabilidade necessária. Primou pela capacitação da equipe envolvida que recebeu treinamento específico na área de direitos humanos para atender a este público em particular, res-

peitando diferenças, sabendo apontar para limites e possibilidades, sendo tolerante e firme a um só tempo; primou ainda pelo compromisso político-ideológico no sentido de fazer com este desse certo. Para tanto, além de profissionais capacitados (muitos oriundos de comunidades de baixa renda) contou com materiais de apoio pedagógico adequados, metodologias próprias, sistema de monitoramento e avaliação permanentes.

Neste sentido, seguindo as orientações da ACB/RJ o Pan Social se propôs a:

- Ser inovador, na medida em que apostava na autonomia dos sujeitos envolvidos;
- Ser progressista, porque partia de uma concepção ativa de cidadania que diz respeito a um sujeito que usa os recursos disponíveis para atuar no espaço público de forma consciente e responsável;
- Contribuir para a educação cidadã de jovens desenvolvendo sua capacidade de diálogo, de respei-



to à diversidade, valorizando suas experiências, expressões e manifestações, de forma a contribuir para a construção e o resgate de valores éticos, políticos, sociais e culturais;

- Contribuir para a geração de trabalho e renda para os mesmos, visando melhorar sua qualidade de vida e das comunidades onde estavam inseridos;
- Servir como uma referência para outros projetos de natureza similar e para o desenho de políticas públicas sociais inclusivas.

Dessa forma, as ações do Pan Social consistiram em atividades inovadoras voltadas para a re-inserção social e profissional de jovens em conflito com lei, através de oficinas esportivas, de arte e cultura e de qualificação profissional, bem como a realização de eventos e workshops voltados aos jovens e seus familiares, funcionários do Degase e comunidade do entorno. Assim, por meio do Projeto foram desenvolvidas cinco ações fundamentais que, por sua vez, se desdobram numa série de outras ações correlatas e/ou complementares, a saber:

1. Obras de reparo e manutenção de equipamentos desportivos existentes em unidades/serviços do DEGASE na Ilha do Governador, em

Bangu e no município de Belford Roxo (no Educandário CAI Baixada).

2. Jogos e treinamentos em futsal, futebol de campo, vôlei para os jovens e agentes vinculados às mesmas.

3. Oficinas culturais e de capacitação profissional e oficinas de incentivo à leitura nas unidades contempladas pelo Projeto PAN Social (i) arte e cultura: capoeira, percussão, fotografia e graffiti; ii) capacitação profissional (empreendedorismo): bordado e customização, estamparia e tingimento de tecidos em tie dye e batik, cabelo afro e maquiagem, marcenaria, reaproveitamento de papel e produção de bonecas; iii) de incentivo à leitura: círculos de leitura e debates)⁴⁵.

4. Seminários e workshops visando à saúde e qualidade de vida e à educação para a cidadania.

Além dessas atividades, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, através do Consórcio Social da Juventude, o Projeto Pan Social implementou uma oficina de qualificação profissional na área de técnica em vendas, no Centro de Capacitação Profissional do Degase.

⁴⁵ Tais oficinas foram escolhidas pela equipe técnica de cada uma das unidades do DEGASE envolvidas com o Projeto, de forma participativa, considerando o interesse específico e a disponibilidade em termos de carga horária e os equipamentos e espaços físicos existentes.



2.2

Público Alvo

O público-alvo do Projeto PAN Social foram jovens em conflito com a lei, acautelados e cumprindo medidas sócio-educativas em Unidades do DEGASE, localizadas no bairro da Ilha do Governador (Instituto Padre Severino, Educandário Santos Dumont (público feminino), Escola João Luiz Alves e CRIAM-Ilha), no bairro de Bangu (Educandário Santo Expedito) e no município de Belford Roxo (Cai-Baixada), na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro.

Tendo em vista a especificidade de tal público, internos em unidades do DEGASE, inicialmente foi um processo delicado conseguir dados pessoais relativos aos mesmos. Embora tenham sido construídos instrumentos de monitoramento com a finalidade de construir o perfil desses jovens, educadores do Projeto tiveram certa dificuldade em preenchê-los. Na maioria dos casos, precisaram de mais tempo para conquistar a confiança dos agentes de disciplina no sentido de estes os ajudarem nessa tarefa, o que finalmente foi facilitado.

No total, de acordo com os dados levantados, o Pan Social atendeu diretamente, nas unidades de internação, 1.071 jovens: 921 homens e 109 mulheres, maioria afrodescendente (59,9% dos adolescentes se identificaram como afrodescendentes) e não tinham o ensino fundamental completo⁴⁶. A maior parte dos adolescentes atendidos (81,3%) estava situada na faixa etária entre 15 a 18 anos⁴⁷. Parte deles era reincidente nos centros do DEGASE e, muitos realizaram infrações que estavam relacionadas direta ou indiretamente ao tráfico e uso de drogas.

Na folha de cadastro desses havia um item perguntando se eram (a família respectiva) participantes do programa Bolsa Família do Governo Federal e apenas 7,6% deste universo responderam que sim. Supomos que isto se deve ao desconhecimento que esses jovens têm a respeito dos programas sociais aos quais suas famílias estão contempladas (21% não souberam responder). Foi comum, inclusive a confusão relativa a esta questão. Quando o jovem fazia mais de uma oficina e era questionado por mais de um educador, por vezes respondia que a família era contemplada pelo programa e outras vezes que não. Na época, foi ressaltada por profissionais do Degase a dificuldade que os jovens tinham até mesmo com a própria documentação. Vivian, pedagoga do Centro de Capacitação Profissional, fez o seguinte comentário a esse respeito:

“Cidadania é algo distante, quando o jovem tem a documentação não fica guardada com ele, fica em casa sob responsabilidade da mãe”.

⁴⁶ Não temos como calcular exatamente a porcentagem dos jovens com Ensino Fundamental completo, pois alguns adolescentes responderam somente “Ensino Fundamental”, não especificando se seria completo ou incompleto.

⁴⁷ A faixa etária dos jovens do Degase situa-se entre 12 e 18 anos, embora em casos específicos podendo se estender aos 21 anos, caso o jovem chegue à unidade em vias de completar 18 anos.



2.3 Implementação

Desde sua concepção, o Projeto Pan Social foi pensado de maneira extremamente cuidadosa. Para cada oficina executada e para cada unidade na área de abrangência do mesmo, foi elaborado um sub-projeto. Esse cuidado também se refletiu na escolha dos profissionais, desde a coordenação até os monitores. O corpo técnico do Pan Social foi formado por uma equipe interdisciplinar composta por psicólogos, pedagogos, psicopedagogos, sociólogos, assistentes sociais, comunicólogos, profissionais de educação física além de estagiários e monitores advindos de comunidades de baixa renda nas quais a Ação Comunitária do Brasil está presente.

Antes de iniciar as atividades no Degase várias reuniões foram feitas com o intuito de capacitar os profissionais para o trabalho com jovens em conflito com a lei, além de inserir estes no cotidiano das unidades com suas regras e especificidades. Ao longo da sua preparação foi realizado, ainda, um curso sobre o ECA promovido pelo Centro de Capacitação Profissional aos coordenadores, educadores e monitores do Pan Social.

Durante o processo de implementação do Projeto foram feitas reuniões nas unidades contempladas, tendo como participantes profissionais envolvidos com o mesmo, diretores das unidades, diretores



das escolas, equipe técnica do Degase e agentes educacionais. Estas reuniões foram realizadas com o intuito de expor a proposta inicial do Pan Social, debater sobre as necessidades de cada unidade e, também, para que a equipe pudesse aprender um pouco mais sobre esse universo. Essas foram muito importantes para a viabilização do Projeto, pois permitiram a realização de várias adequações, um novo sub-projeto surgindo a cada diálogo travado.

Já com a definição das oficinas que iriam se realizar e com os profissionais devidamente selecionados, o próximo passo foi fazer a apresentação das oficinas aos jovens envolvidos pelos próprios educadores e monitores. As turmas foram formadas de acordo com os critérios de seleção de profissionais do DE-GASE e a partir do desejo do jovem de participar. Em todas as reuniões a equipe do Pan Social deixou evidente a importância da não obrigatoriedade dos alunos estarem presentes nas oficinas. Ou seja; que sua participação nessa ou naquela oficina estava

condicionada com a sua vontade de estar ali.

Antes de iniciarem suas atividades em campo, educadores e monitores do Pan Social, com colaboração dos coordenadores, elaboraram um termo de compromisso e convivência ressaltando os principais valores a serem trabalhados, como a solidariedade e o respeito, e, ainda, a convivência pacífica, a valorização do ser humano e a luta contra estigmas.

As oficinas foram selecionadas e distribuídas pelas unidades, com seus respectivos planos pedagógicos, respeitando a grade horária estruturada junto às direções e equipes das unidades. Na construção do quadro de horários levou-se em consideração as atividades oferecidas nas unidades, respeitando sua rotina e dando prioridade às escolares.

Após a implementação das oficinas, foram realizadas reuniões mensais para o debate sobre o andamento das mesmas e visitas constantes a campo para o monitoramento das atividades. Durante as





reuniões foram freqüentemente discutidas com os educadores e monitores várias questões relativas às conquistas e entraves que surgiam no convívio com os adolescentes e profissionais do Degase.

Instrumentos de monitoramento e avaliação foram construídos e a cada trimestre relatórios eram elaborados sobre o andamento do projeto. Os educadores também faziam seus planos de aula e relatórios, o que os ajudou sobremaneira no planejamento, reflexão e avaliação do trabalho proposto.

É importante ressaltar que toda a concepção do projeto foi realizada no sentido de trabalhar em rede, ou seja, cada unidade do DEGASE onde o projeto foi desenvolvido foi percebida como um elo dessa rede. Ao entrar na unidade de triagem Instituto Padre Severino, os jovens eram recebidos com oficinas como capoeira, incentivo à leitura e percussão, e ao serem encaminhados às unidades de destino esses mesmos jovens teriam a possibilidade de dar continuidade às oficinas já iniciadas. Da mesma forma, todos os jovens que passavam a cumprir medidas em semiliberdade e eram encaminhados para os CRIAADS e para o Centro de Capacitação Profissional onde igualmente teriam acesso às atividades pedagógicas iniciadas na unidade de internação.

As oficinas do Pan Social foram divididas em três grupos: i) esporte; ii) arte e cultura e iii) capacitação profissional com ênfase no empreendedorismo solidário; além do incentivo à leitura. Cada grupo contou com coordenadores e assistentes de campo que acompanhavam as atividades. Na equipe desportiva havia dois coordenadores e dez estagiários; nas equipes de empreendedorismo, havia um educador e um monitor para cada oficina; e na equipe de arte e cultura havia um número maior de educadores e monitores por oficina, de acordo com as exigências de cada atividade. Em relação às atividades desportivas, foi estruturado um programa de treinamento com grade horária, modalidade desportiva e conteúdo discriminado, atendendo às especificidades das unidades envolvidas. A agenda das oficinas desportivas foi feita em conjunto com a direção das unidades respeitando a disponibilidade de horários dos jovens.

A metodologia do Pan Social foi elaborada de maneira bastante adequada para atender aos objetivos que este se propunha, baseada na participação e no envolvimento de todos não somente na sua execução, como na concepção respectiva, revista sempre que necessário. Do ponto de vista pedagógico, tal participação viabilizou o diálogo e a troca entre gestores, educandos e educadores, favorecendo o protagonismo responsável.

Tal metodologia partia do pressuposto que as unidades onde este se dava deveriam se traduzir em um ambiente propício para a reflexão sobre direitos e deveres humanos, que garantisse o protagonismo juvenil na busca do desenvolvimento pessoal e profissional daqueles envolvidos. Tais unidades deveriam também ser percebidas como locais adequados para a realização de atividades diversas que tinham como principal eixo norteador a educação para a cidadania. Do mesmo modo, a promoção da resiliência junto a esses jovens foi percebida como uma das formas de efetivação da proposta pedagógica do Pan Social.

A metodologia proposta pode ser percebida, como exemplo, na fala de um dos educadores do projeto:

“Sempre iniciamos a aula conforme o interesse e a postura deles naquele dia, naquele momento. Por exemplo, se eles estão cantando ‘pagode’, juntamo-nos a eles tocando ‘pagode’ no berimbau... E, assim que eles permitem, com expressões como: ‘Aí Mestre, canta aquela cantiga...’, pergunto: ‘Qual cantiga?’. E eles respondem: ‘Aquela que fala dos muléqui lá da rua...’; ou então ‘Canta aquela de Luan-da...’ e, desse modo, começamos a cantar, eles cantam juntos e rapidamente forma-se a ‘roda’ e a capoeira acontece... Todas essas cantigas são cantadas contando ‘histórias’ da África, do Brasil, de seus antepassados etc., conduzindo-os ao passado para tentarem encontrar referências pessoais, familiares, históricas, culturais, a fim de se reposicionarem no presente. Através da capoeira cantamos e conversamos sobre: irmandade, família, etnia, ancestralidade, respeito, limitações, competências etc. No desenvolvimento de nossas atividades tratamos o adolescente como um ‘neófito’ na vida, com muitas dúvidas, perguntas, curiosidades e necessidades inerentes à condição ‘ser adolescente’ que – cabe ressaltar, não são poucas – e já enfrentando um desvio de conduta comportamental como la-trocínios, roubos, furtos, homicídios etc.”.

Mestre Berg – Educador de Capoeira

2.3.1 Oficinas de Arte e Cultura

Um dos maiores expoentes da quebra de paradigmas ocorrida nas unidades do Degase com a execução do projeto Pan Social diz respeito à oficina de capoeira. Esta atividade enfrentou forte resistência de alguns agentes das unidades contempladas que a viam como uma possível ameaça. A grande surpresa foi a aceitação posterior e até mesmo a demanda que surgiu por parte dos mesmos que se interessaram pela prática desta arte. A seguir o relato do educador de capoeira do Educandário Santo Expedito, a unidade de internação com uma situação difícil até mesmo pela própria estrutura física que possui (antigamente a unidade funcionava como um presídio). Nas palavras do Mestre Berg:

“Inicialmente seria ensinar capoeira para menores em conflito com a lei... Proposta inusitada. Um desafio para um Mestre como eu, que, apesar da idade, de minha experiência no setor, de conhecer aplicações bem sucedidas da capoeira em várias situações de risco social. O susto que funcionários de unidades de internação tomaram foi indescritível. As reações mais variadas. Algumas agressivas, outras de estupefação. O prognóstico foi o pior possível. Expressões como “agora é que f... tudo; onde se viu isso!; agora mesmo é que eles matam a gente...” etc. É claro que um ou outro ainda está meio ‘cismado’. Mas muitos deles sabem que o respeito, apesar de tudo e do que os adolescentes fizeram, é fundamental na lida com eles... Respeito! Essa é a palavra-chave...”

Em dezembro de 2007 foi realizado um grande evento no Educandário Santo Expedito para a apresentação dos resultados dos primeiros meses das atividades de capoeira. Foram convidados os responsáveis pelos alunos, o que criou um momento de confraternização. Durante essa apresentação, um dos adolescentes teve a oportuni-





Capoeira

dade de jogar capoeira com o seu pai emocionando os presentes. O resultado da apresentação foi extremamente positivo para a visibilidade do projeto dentro e fora da unidade. D. Lourdes, avó de um adolescente que participou da atividade, após a apresentação do seu neto com o grupo de capoeira disse: “Fiquei muito feliz pela apresentação apesar de estar triste por ele estar aqui.

“Desde o início das aulas de capoeira, vejo que houve uma mudança de comportamento, ele já fala em estudar, trabalhar. Vem Natal aí, mesmo com ele longe sei que agora ele pode se corrigir”. O pai desse mesmo adolescente acrescentou: *“Eu, como professor de capoeira em comunidades carentes, conheço o que a capoeira pode proporcionar. Acredito que as atividades aqui vão fazer muita diferença. Já tenho notado a diferença desde que começou a atividade, vejo muita empolgação e já está ajudando. É o dito popular: ‘corpo são mente sã’”.* Este pai jogou capoeira com seu filho na mesma roda. Depois o filho pediu o microfone e declarou aos seus familiares um sonoro “Eu te amo”, o que nunca tinha sido assistido no local.

No mês de fevereiro de 2008, nas oficinas de capoeira, foram convidados profissionais da área para proferirem palestras sobre a atividade como: superação das dificuldades, mercado de trabalho, entre outros. No mês de maio, no Dia das Mães, os alunos de capoeira se apresentaram no Educandário Santo Expedito e no CAI-Baixada. Em novembro participaram nesta última unidade na Semana da Consciência Negra, em um evento intitulado “Jornada Raça, Arte e Cultura: 120 anos da abolição da escravatura?”

No último trimestre do projeto foi incorporada à oficina de capoeira técnicas de confecção de instrumento, com vistas a qualificar profissionalmente os alunos e promover a possibilidade de geração de renda. A seguir, um diálogo entre Jaime e Felipe, monitores de capoeira do Mestre Berg a respeito da experiência que tiveram no projeto Pan social. Além de monitores, ambos são integrantes do grupo de capoeira Kina Mutembua da Ação Comunitária do Brasil.

Felipe

"A princípio éramos só nós dois, eu e o Mestre. Aí, começamos a vir, eles ficaram meio cabreiros de fazer a capoeira, até de falar com a gente. Os agentes também era: 'lh, capoeira... que é isso?'. Aí, com o tempo a gente conseguiu conquistar eles, aí depois entrou o Jaime também pra ajudar a gente"

Jaime

"Aí, fomos desenvolver um trabalho, como o Felipe mesmo disse, sempre houve resistências, né? Porque a gente tava trabalhando com pessoas em momento de dificuldade. Então por ter a mesma idade que a gente tem, eles acham que a gente veio aqui só pra brincar: 'lh, que nada, tem a mesma idade, deve tá lá fora, curtindo, tá vindo aqui dando uma palavra de bonzinho e isso só."

"Passando o tempo a gente foi mostrando a realidade porque você pode ganhar dinheiro jogando capoeira, é só você investir em você mesmo"

Felipe

"Se divertindo".

Jaime

"Se divertindo! Melhor do que isso? Jogo capoeira há dez anos e ganhando dinheiro com isso, é a melhor coisa que tem."

"Então, a gente tá mostrando esse lado pra eles, que na vida a gente tem o ônus e o bônus, a gente tá mostrando a parte do bônus, que o ônus eles já conhecem bastante, né?"



Felipe

“Hoje em dia a gente vê a diferença neles, eles têm o prazer de fazer a capoeira. Eles chegam, dá pra ver o sorriso no rosto, coisa que era difícil a gente ver. Chegava e via eles com aquela cara assim emburrada, agora dá pra ver o sorriso no rosto. Eles chegam, falam com a gente, toca e ‘Vamos jogar!’, chamam pra jogar direitinho, antes queriam até bater de frente, mas agora eles já ficam na deles, já sabem quem é quem aqui”.

Jaime


“E o melhor de tudo: a gente saber que tá levando alegria pra uma pessoa que tá precisando, num momento de conflito e isso é gratificante. O dinheiro é essencial, mas tem coisa que o dinheiro não paga, né?”.

Felipe

“É, a pessoa ser feliz”.

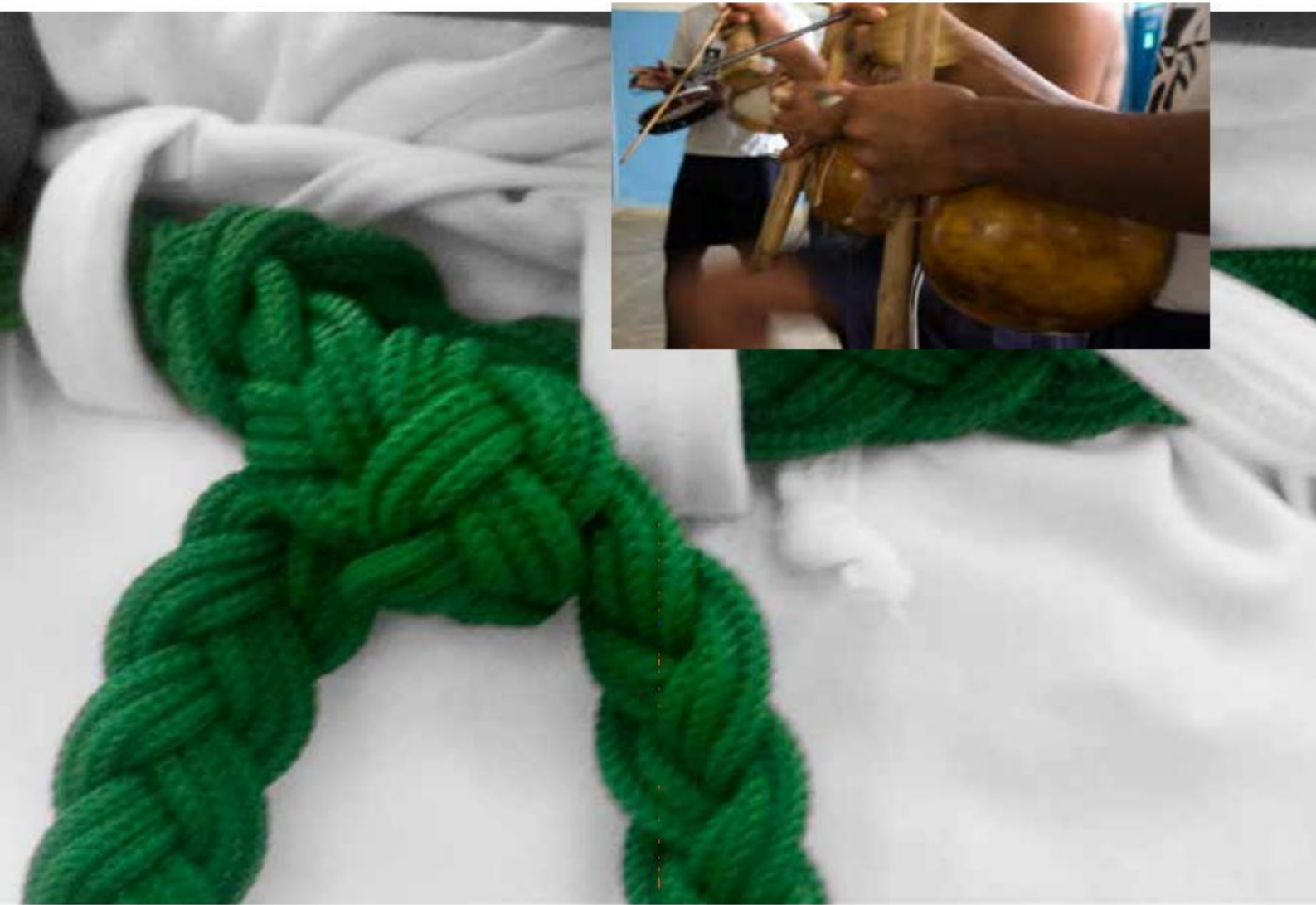


Percussão



A oficina de percussão teve início nas unidades Instituto Padre Severino e Educandário Santo Expedito com grande entusiasmo dos jovens. No decorrer do projeto esta foi incorporada à oficina de capoeira, com aulas de samba de roda, implementadas em quase todas as unidades.

A oficina de percussão teve um resultado tão positivo que ao final do ano de 2007 os alunos se apresentaram juntamente aos alunos de percussão do grupo AfroReggae, um exemplo de integração das atividades do Pan Social às oficinas promovidas pelos parceiros e demais instituições da sociedade civil.



Crédito Oficina "FotoOlhares" do Pan Social
Exposição Sonhos Velados
Casa de Cultura Laura Alvim - 2008



Graffiti

A oficina de graffiti foi realizada no Educandário Santos Dumont, no CAI-Baixada e na Escola João Luiz Alves com excelentes resultados. O produto desta atividade está decorando permanentemente a unidade CAI-Baixada, em um painel feito pelos jovens ao longo do curso, localizado no pátio central e dois muros do Educandário Santos Dumont.

Nos meses de novembro e dezembro de 2008 aconteceu a formatura das turmas de graffiti, juntamente a oficina de serigrafia. Os certificados foram entregues por pais ou responsáveis dos alunos.

"A minha felicidade é que o meu tipo de linguagem é a linguagem deles, então fica muito mais fácil de se trabalhar. Quando começamos a oficina o primeiro momento é de se fazer um planejamento junto com eles, desenvolver um projeto conjunto e mostrar a eles que o trabalho em equipe é muito melhor e mostrar os fatores como disciplina, integração, comunicação e educação são extremamente importante para qualquer tipo de atividade desenvolvida. Pude obter resultados bem gratificantes, principalmente a disposição deles. Pude ver um grande interesse das instituições em me ajudar na coordenação das aulas e disciplina, enfim, os errinhos que aconteceram são normais e que são corrigidos com o passar das oficinas e amadurecimento deles".

Fernando – Educador de Graffiti

A oficina de fotografia foi realizada no CRIAAD Ricardo de Albuquerque e na Escola João Luiz Alves, com profissionais vinculados à ONG Observatório de Favelas, da Maré, ministrando as aulas. Durante essas, os alunos participaram de atividades externas, como a visita ao Pão de Açúcar e à Fundação RioZoo. O material dessa oficina foi apresentado na exposição "Sonhos Velados" na Casa de Cultura Laura Alvim e na Petrobrás.

"Quando eu conheci, eu imaginava que fotografia era tudo aquilo: paparazzo e tudo foto pra ganhar grana, aí, com o tempo eu conheci melhor. Eu acho que serve pra mim porque eu faço desenho, pra tirar foto dos meus desenhos e... você tem uma visão melhor das coisas. Eu aprendi a ver um lado bom das comunidades, aprendi a ver que não é tudo feito de ilusão, tem coisas que você pode mostrar melhor numa foto, um lado que as pessoas não vêem, que você tirando uma foto você pode mostrar melhor. E eu acho que é legal porque é uma coisa que não tá longe da sua realidade e que você não conhece e que, de repente, eu fui conhecer dentro de uma parada que eu

achei que não ia ganhar nada, entendeu? Eu achava que eu tava lá (no Degase) no tempo errado, achava que não ia aprender nada e eu aprendi a ter mais convívio com as pessoas que não tem muito a ver comigo e hoje em dia eu tenho carinho pelas pessoas lá. Eu acho que teve gente que ficou mais tranquilo, mais calmo depois do curso de fotografia e os caras [os educadores] são super gente fina. Eu acho que totalmente a ver com a gente, os caras já passaram por comunidade, sabem as dificuldades e a realidade não é a mesma de uma pessoa que faz um curso de fotografia numa faculdade e de você que faz lá com uma pessoa que veio da comunidade, que sabe o quanto foi difícil pra você também. E eu acho que muita gente depois do curso vai ter uma visão melhor das coisas, comigo foi assim, eu acho que com as meninas também vai ser. Eu acho que tinha que continuar o curso porque foi bom pra mim, foi bom pra algumas meninas lá e tem muita gente aí que eu acho que vai ser bom, se bobear, até melhor do que foi pra mim e pras outras meninas.

M. – Aluna da oficina de fotografia

Crédito Oficina "FotoOlhares" do Pan Social
Exposição Sonhos Velados
Casa de Cultura Laura Alvim - 2008



Fotografia

A adolescente segue falando sobre a sua experiência na exposição “Sonhos Velados”, onde além de ter suas fotos expostas, teve a oportunidade de trabalhar nas visitas guiadas:

“Eu acho que pra gente vai ser legal porque uma exposição com as fotos que a gente tirou, a gente nunca teve contato, nenhuma das meninas, eu menos. E pra gente foi difícil e as pessoas acham que só porque você tá preso num local você não tem talento nenhum, você rouba, você mata, você é ruim. Eu acho que com essa exposição as pessoas vão ver que acima das dificuldades, que, as vezes, você parte pra uma coisa ruim porque, as vezes, você teve dificuldade, não é porque você tem um instinto ruim, entende? As pessoas vão ver que acima de tudo você tem talento e você vai poder mostrar um pouco do que a gente tem mesmo por dentro, que as pessoas não enxergam, só vêem o ruim: ‘Ah, tá preso porque matou... Tá preso porque roubou... Tá preso porque aquilo’. Eu acho que pras pessoas vêem que a gente tem talento também, todos, e dos lugares que as pessoas menos esperam vem uma coisa assim que é muito legal e eu acho que as meninas que tem mais talento lá dentro são as que têm mais dificuldade, conseguem ver uma coisa que... com um olho que, de repente, eu não tenho porque eu tive mais uma facilidade. Quanto mais difícil é a situação da menina, mais ela consegue expor um lado... no lado da fotografia, um lado que a gente não vê, e pra pessoas que não têm contato nenhum com o sistema, com as pessoas que já passaram por lá ou que tão passando, vai ver que é tudo muito acima daquilo, que ninguém tá ali porque quer, que ninguém tá passando aquilo porque queria aquilo e as pessoas vão ver que acima de tudo a gente é de carne e osso, que teve uma dificuldade, mas que todo mundo quer se levantar, quer se melhorar, e tem talento, né? Essa parada é maneira, o talento... eu acho que tem muito talento lá, se procurar direito...”

M. finaliza falando sobre a sua passagem pelo sistema e sua relação com a fotografia:

“Tudo, o fato de eu ter ido pro sistema já mudou a minha visão, entendeu? Porque eu achava que eu mesma tinha essa visão de quem tava lá preso não valia nada, tava lá porque não prestava. Eu fui pra lá bem mais velha do que as meninas que estão lá. Foi ‘difícil’ pra mim

passar por lá porque o ponto de vista que eu tinha era outro e a realidade que eu tinha era outra, elas não me aceitavam e a fotografia me ajudou muito porque eu consigo expor o que eu penso, o meu ponto de vista na fotografia, que mesmo se as pessoas não quiserem me escutar ouvir eu falando ‘Ah, eu acho isso, acho aquilo outro’, eu mostrando a minha foto lá, por exemplo, na exposição lá, se alguém ver que a foto é minha vai perguntar: ‘Vem cá, por quê que tu tirou aquela foto?’. Poder falar uma parada, entendeu? Então, tu vai me ouvir de uma forma ou de outra, mesmo quem não quer me ouvir vai tá olhando a minha foto e vai me ouvir, né? E, as vezes, você não consegue se retratar bem, você não consegue falar direito. Então, na foto eu vou tá mostrando o que eu vejo e vão ter que aceitar a minha realidade do que eu acho. E é uma boa forma de você mostrar o que você pensa... a foto, eu acho. Fez diferença pra mim e eu acho que vai fazer a diferença pra quem quiser fazer, entendeu?”



Crédito Oficina "FotoOlhares" do Pan Social
Exposição Sonhos Velados
Casa de Cultura Laura Alvim - 2008



2.3.2 Oficina de Capacitação Profissional e Empreendedorismo Solidário



Durante a execução das oficinas do Pan Social, foi estruturada uma equipe para desenvolver workshops e palestras nas áreas de empreendedorismo, protagonismo e cidadania pelo PAN Social. Essas atividades ocorreram entre os meses de outubro e novembro de 2008 nas unidades Educandário Santos Dumont e na Escola João Luiz Alves atendendo aos alunos das oficinas de cunho profissionalizante. As mesmas foram elaboradas em três módulos: empreendedorismo, protagonismo juvenil e relações inter e intrapessoais com vistas a desenvolver o potencial criativo e trabalhar o projeto de vida de cada adolescente.



*Bondado e
Customização*



Em de outubro de 2007, educandas do núcleo de moda e estilo da Ação Comunitária do Brasil/RJ realizaram um desfile de moda para marcar o início das aulas da oficina de bordado para jovens internas do Educandário Santos Dumont. Peças daí resultantes foram apresentadas em janeiro de 2008, no Fashion Rio no desfile da grife AcomB, da ACB/RJ. Duas jovens internas nesse Educandário foram escolhidas para assistir ao evento na Marina da Glória, o que gerou interesse também na cobertura de imprensa.

Durante este período, a oficina de bordado recebeu encomendas da II Vara da Infância e Adolescência. Com resultado tão satisfatório, esta oficina foi implementada também no CRI-AAD Ricardo de Albuquerque. No último trimestre foi incorporada a técnica de aplicação de apliques na mesma, uma nova alternativa para as jovens de geração de renda. Com esta oficina as jovens aprenderam a customizar roupas, personalizá-las, fazer reformas e criar peças exclusivas. Outra alternativa se deu na criação de acessórios, em que retalhos se transformavam em ornamentos para roupas, broches e fivelas.



Crédito Ronaldo Breve



Pode-se citar como casos de sucesso dessa oficina duas das alunas que receberam progressão de medida e foram contratadas como monitoras de bordado do PAN Social para trabalhar na unidade que cumpriram medida. Abaixo a fala de uma dessas monitoras:

N. – Ex-interna do sistema e monitora de bordado:

“O projeto chegou lá apresentando um desfile com mulheres e homens. As meninas de lá [Educação Santos Dumont] ficaram bem alvoroçadas. Foi legal o desfile, mostraram linha, bordado diferente, coisa que nós não tínhamos feito e logo depois começou a oficina. A oficina começando, conhecemos a D. Sônia e as monitoras dela, se empenhamo e destacamo no bordado. E um belo dia tem um convite de bordar algumas coisas pro Fashion Rio que nós nem sabia o quê que era, não tinha nem noção. Bordamo um vestido com o nome de cada uma, todas nós somos amigas e aí acreditamo que o projeto ia dar certo. Saí do Degase no dia do desfile pra ganhar neném, não fui no desfile, revoltada, mas fiquei bem. Logo depois fui trabalhar na Ação, no projeto. Hoje dou aula no Degase, aonde eu tava internada e eu sou um exemplo vivo de que vale a pena apostar e que todo mundo pode mudar um dia. Agradeço a oportunidade e espero que continue porque tem muita gente que ainda pode seguir o caminho certo. É super bom ver elas [as internas do Degase] dizendo ‘Pô, eu vou ser igual a você’, ‘Vou me dedicar’, ‘Vou querer ir também’. Todo mundo: ‘Ai, fala com o Bruno [coordenador executivo do projeto na época], eu também quero trabalhar’. Então, todas elas são bem interadas, querem mesmo apostar e pretendo quanto ter uma verba a mais montar um grupo pra mim também”.

A adolescente falou, ainda, sobre as dificuldades da nova vida que conquistou:

“Acostumada com a vida fácil, sair pra honestidade é complicado, mas com força de vontade todo mundo chega lá. Pra mim é difícil viver honestamente. Pô, ralar o mês inteiro pra... é doloroso até gastar o dinheiro, mas é recompensante porque você não tem que correr riscos nem nada parecido, não precisa se esconder de ninguém, é livre pra ir e vir, é diferente. Ah, e agora, né, tem a minha filhinha pra cuidar, é um exemplo que eu não quero que ela faça nem a metade do que eu fiz nem o começo, nem o início. E é alguém que eu vou lutar pro resto da vida”.





Estamparia timpimento de tecidos (serigrafia, batik e tie-dye)

A oficina de serigrafia aconteceu na unidade de internação Educandário Santos Dumont de maneira integrada à oficina de bordado, e ainda, na Escola João Luiz Alves. No último trimestre do Pan Social, foram agregadas técnicas de batik e tie-dye ao curso de serigrafia da unidade Educandário Santos Dumont. Esta foi uma oficina de grande aceitação por seu estilo inovador e pelo resgate da cultura negra através de técnicas artesanais de pintura em tecido.







Adriano - Educador de Serigrafia

"No primeiro mês de trabalho com os alunos obtivemos um resultado muito satisfatório com relação ao crescimento de alguns dos mesmos, como por exemplo, W. que se destacou de maneira muito surpreendente, pois ele não sabe ler e nem escrever, isso me deixou muito satisfeito, pois conseguimos quebrar uma barreira que parecia impossível de se quebrar. Conseguimos implantar a nossa metodologia de ensino, o que nos proporcionou uma facilidade de alcançar os jovens para ministrar as aulas".



Crédito Adair Aguiar



Em janeiro de 2008, as aulas de maquiagem e cabelo afro do Pan Social tiveram início com um dia de beleza para as jovens do Educandário Santos Dumont. Estas oficinas conseguiram excelentes resultados, principalmente com relação à elevação da auto-estima das jovens. Era comum chegar à unidade, por exemplo, e encontrá-las com roupas bordadas, penteados afro e maquiadas. Nos horários do “pátio” também era possível vê-las realizando penteados umas nas outras.

Como resultado positivo da oficina no Educandário Santos Dumont, por solicitação das alunas, a mesma foi estendida ao CRIAAD Ricardo de Albuquerque, para que aquelas que recebessem progressão de medida tivessem a possibilidade de dar prosseguimento ao curso e aperfeiçoar as técnicas aprendidas.

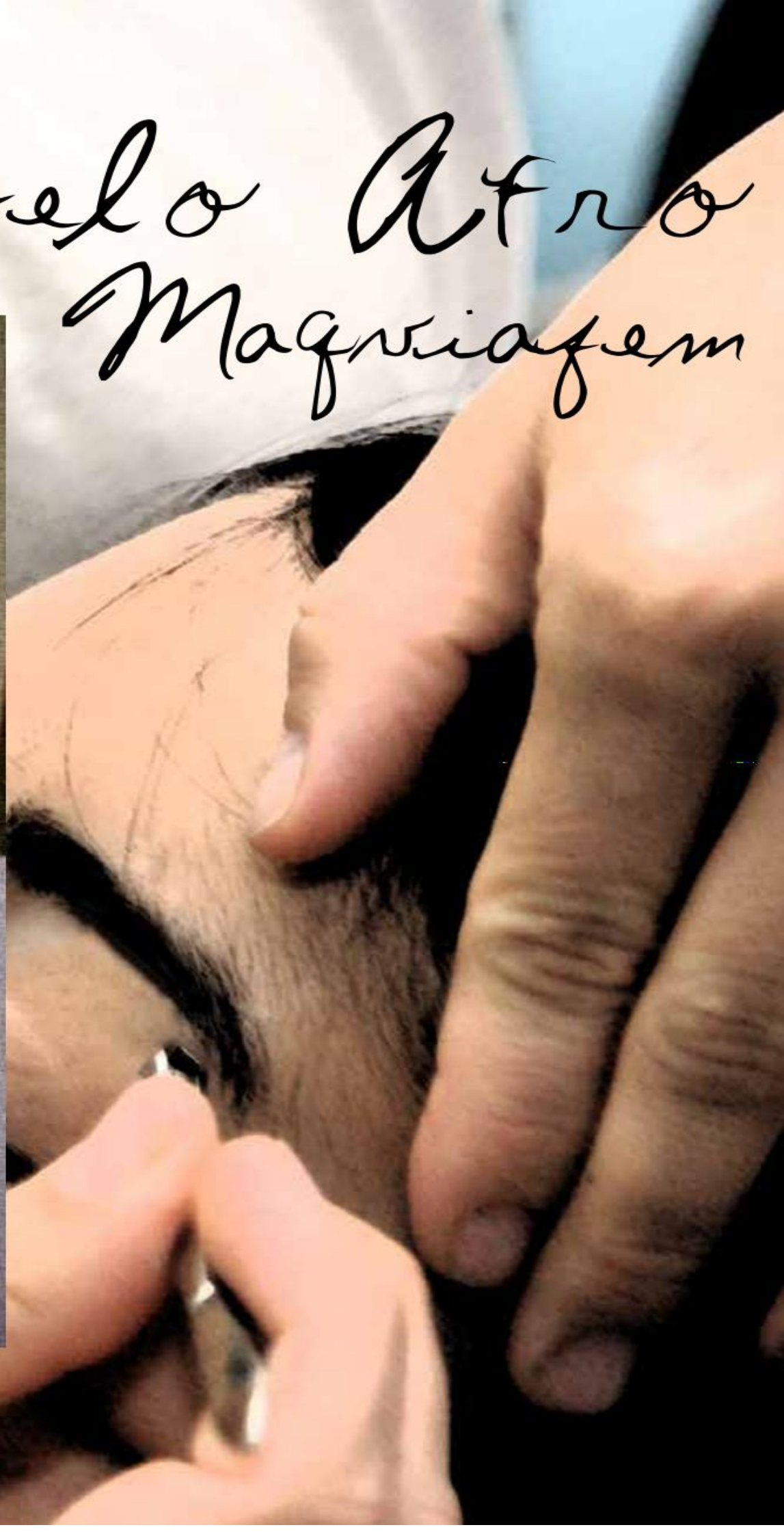
Essas tiveram a oportunidade de participar de vários eventos, dentre eles, as comemorações do Dia Internacional da Mulher, no dia 8 de março, no Centro de Capacitação Profissional. No mês de maio, em um evento comemorativo do Dia das mães, elas atuaram maquiando e trançando as mães dos jovens acautelados pelo Degase. Este evento foi aberto aos familiares dos adolescentes, a todos os funcionários do Degase e à comunidade. Abaixo a fala da educadora de maquiagem:

Monica Bastos – Educadora da oficina de maquiagem

“O principal objetivo da Ação Comunitária, além da técnica, é trabalhar a questão da auto-estima e do protagonismo porque nenhum ser humano consegue desenvolver nenhuma atividade se não estiver bem consigo, né? (...) A gente tem observado muito a mudança no comportamento delas do início pra cá, elas eram agressivas, ficavam sempre na retaguarda, sabe? Cismadas... Hoje não, elas chegam na oficina, elas sentam, elas maquiavam uma a outra, inclusive, uma coisa importante que eu observei... porque quando eu vim pra cá, as pessoas falavam: ‘Olha, você vai enfrentar alguns problemas porque elas não gostam de ter muita aproximação por causa das diferenças ... das rivalidades delas fora da unidade’. E eu vejo que é completamente ao contrário o que acontece. Elas se permitem uma fazer maquiagem na outra, fazer trança, uma faz... uma pratica na outra, então, a gente observa que é uma quebra de paradigma mesmo, sabe? É uma possibilidade que vai muito além de você tá oferecendo só uma oportunidade de futuramente ela tá sendo inserida no mercado de trabalho. E muitas se descobriram ali naquele momento. Além de se olhar no espelho e se valorizar, se conhecer, elas se descobriram com a maquiagem, com a trança, descobriram um talento que elas achavam que não tinham. E têm propostas de quando sair trabalhar realmente no ramo, de aperfeiçoar o conhecimento, de buscar outras técnicas, de buscar outras profissões relacionadas à beleza. Tem casos de algumas meninas que já saíram com propostas pra trabalhar num salão”.



Cabelo Africano e Maquiagem





Marcenaria

A oficina de marcenaria teve início no mês de junho de 2008 no Núcleo da ACB/RJ de Cidade Alta, em Cordovil, com os jovens do CRIAAD Ilha com o objetivo de capacitar profissionalmente os jovens para o trabalho. Utilizando técnicas básicas, mesclando conhecimentos teóricos e práticos, ao final do curso, o jovem estava apto a confeccionar e montar peças artesanais de madeira.





Clínica Ipanema
Tratamos Capilar e Estética
71105523 0581

sarcos'
rando a

PRIMA

PRIMA

Reaproveitamento de Papel e Produção de Bonecas

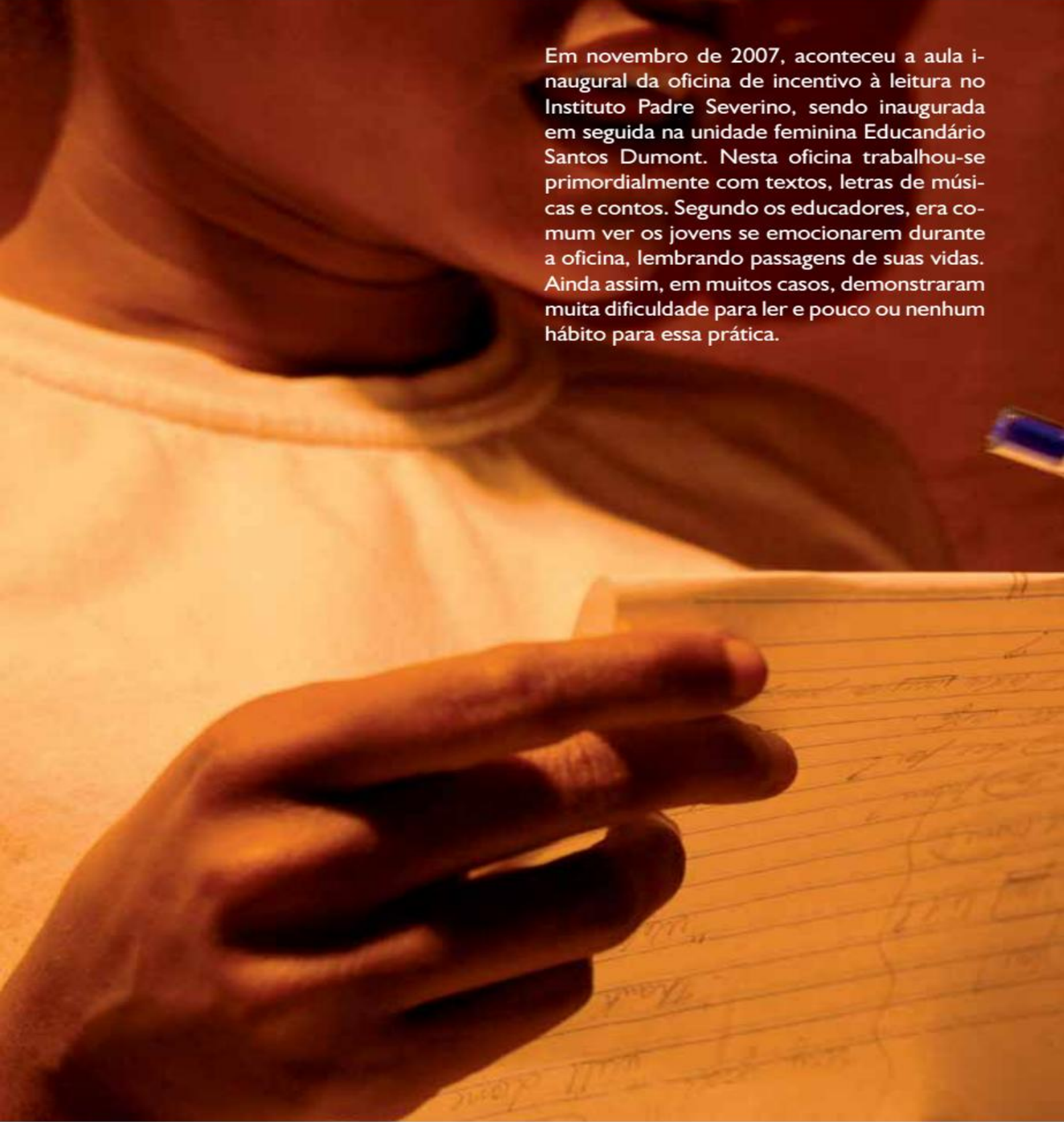
No mês de outubro de 2008 as oficinas de reaproveitamento de papel e bonecas Nana Ori começaram na unidade de semiliberdade do CRIAAD Ricardo de Albuquerque. Estas oficinas aconteceram integradas à oficina de bordado com excelentes resultados. Na oficina de reaproveitamento de papel produziu-se peças utilitárias e decorativas que utilizaram o jornal como matéria prima. As bonecas nana ori também são peças artesanais, feitas com material reciclável e com grande potencial de venda.

“Quando cheguei no CRIAM de Ricardo de Albuquerque, me senti como se estivesse no campus

da Vila do João, fui muito bem recebida pelos funcionários e pela diretora do espaço, D. Carmelita. As adolescentes no começo não deram tanta atenção à oficina, mas no decorrer da mesma tomaram gosto pela técnica. Não esqueço de uma que sempre dizia: ‘Tia por que não pediu para me chamar, eu estava dormindo’. Foi uma experiência muito boa, tive o prazer enorme de no finalzinho da oficina poder conhecer D. Sônia [Educadora da oficina de bordado], que me mostrou que confiança e respeito se ganha com o tempo. Não tive nenhuma dificuldade graças a Deus e a uma equipe que sempre esteve à disposição para ouvir e agir quando preciso. Tenho verdadeiramente em meu coração um enorme orgulho de fazer parte desta equipe”.

Ana Alzira – Educadora de Bonecas Nana Ori

2.3.3 Incentivo à Leitura



Em novembro de 2007, aconteceu a aula inaugural da oficina de incentivo à leitura no Instituto Padre Severino, sendo inaugurada em seguida na unidade feminina Educandário Santos Dumont. Nesta oficina trabalhou-se primordialmente com textos, letras de músicas e contos. Segundo os educadores, era comum ver os jovens se emocionarem durante a oficina, lembrando passagens de suas vidas. Ainda assim, em muitos casos, demonstraram muita dificuldade para ler e pouco ou nenhum hábito para essa prática.



Crédito Oficina "FotoOlhares" do Pan Social
Exposição Sonhos Velados
Casa de Cultura Laura Alvim - 2008

"A importância do Primeiro Emprego na vida desses adolescentes foi proporcionar aos mesmos a sua inserção no mercado de trabalho, pois todos nós sabemos que são jovens oriundos de uma classe desprivilegiada, e eles tiveram a oportunidade de se verem como cidadãos íntegros cumpridores de suas obrigações. Muitos adolescentes nos procuram dando um retorno, falando sobre o que mudou na sua vida, na sua aceitabilidade no mercado de trabalho e naquilo que eles conquistaram para as suas vidas e a dos seus familiares. Muitos estão trabalhando, muitos dizem que a vida mudou. A sua vida não foi a mesma desde que ele entrou nesse programa do Primeiro Emprego. Os seus responsáveis também ressaltam essa mudança de comportamento, adolescentes que hoje em dia encaram a vida de maneira mais responsável. Muitos largaram o mundo das drogas, o mundo do crime. Aliado a isso, eles aprenderam nas habilidades básicas normas comportamentais, formas de postura, como se colocar no mercado de trabalho e muitos estão trabalhando. Na verdade, o que impactou na vida desses adolescentes foi a possibilidade de se inserir no mercado de trabalho e ser aceito e reinserido no seio da sociedade. Mais do que inserido no mercado de trabalho, é proporcionar uma reinserção social, onde a própria sociedade veja esse adolescente como um adolescente reintegrado, não com medo, livre dos preconceitos, isso é que fez do Primeiro Emprego no Degase um sucesso".

Luciano Alcântara – Diretor do Centro de Capacitação Profissional

2.3.4 Qualificação em Técnicas de Vendas



O curso de Técnicas em Vendas aconteceu no Centro de Capacitação Profissional do DEGASE, com 200 horas de duração e participação de 15 jovens, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, através do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego – PNPE no âmbito do Consórcio Social da Juventude⁴⁸.

Neste curso, os jovens receberam uma capacitação profissionalizante por quatro meses, com carga horária diária de 6 horas, de segunda a sexta, e ao completarem 85% dessa carga, foram encaminhados para as vagas de empregos que a ACB/RJ tinha captado.

Eles participaram do processo seletivo passando por todas as etapas que as empresas exigem para avaliar o profissional. Vale ressaltar que não foi dado privilégio para nenhum deles por estarem cumprindo medidas sócioeducativas. Passaram por mérito e esforço próprio.

O sucesso dessa oficina, de caráter experimental, pode ser comprovado nos números. Dos 15 alunos que iniciaram o curso, 12 chegaram ao fim da capacitação e destes quatro foram imediatamente empregados, sendo três com carteira assinada. Os demais jovens foram inseridos no mercado de trabalho informal ou continuaram procurando emprego por conta própria. Veja ao lado, a fala do diretor do Centro de Capacitação Profissional no momento do curso:



2.3.5 Attività
Sportive

As atividades desportivas tiveram início em novembro de 2007 nas seguintes unidades: CRIAAD Ilha, Instituto Padre Severino, Educandário Santos Dumont, Escola João Luis Alves, Educandário Santo Expedito e CAI-Baixada. Por demanda da unidade, no Educandário Santos Dumont foi desenvolvida a oficina esportiva de handbol e ginástica para gestantes, visto o número de jovens grávidas no momento de execução da oficina.

Nessas foram trabalhados os fundamentos técnicos, as regras das modalidades desportivas, o desenvolvimento de habilidades sociais como: convivência em grupo, trabalho em equipe, responsabilidade, respeito pelas normas e regras e o desenvolvimento de habilidades corporais como: coordenação motora, lateralidade, noção espacial e o conhecimento e discussão da biografia de principais expoentes de cada modalidade. Ocorreram nos meses de abril e maio de 2008 os primeiros jogos internos do PAN Social, com

torneios de futsal, futebol de campo e vôlei entre equipes dentro das unidades. No início de outubro do mesmo ano ocorreu a I Copa Pan Social de Futebol de Salão na Escola de Oficiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro - ESCON, em SULACAP, envolvendo as unidades Escola João Luis Alves, CRIAAD Ilha e CAI-Belford Roxo. Sobre o evento, diz um dos educadores: “Mesmo com o encerramento do campeonato, o grande comentário entre os alunos foi a realização do mesmo, pois foi de grande importância para eles, devido a integração de todos os alojamentos, a cooperação entre os jogadores das equipes respeitando os limites técnicos individuais de seus colegas de equipe e a aceitação de valores sociais muito importantes, como respeitar as regras da competição, respeitar o outro aluno mesmo que ele seja de outra facção, fazendo do campeonato um sucesso.” A seguir, o depoimento de um dos coordenadores da equipe de esporte:





“Na Ação Comunitária tive o prazer de realizar o I Copa de FutSal que foi na Escola de Oficiais da Polícia Militar, que por sua vez foi um sucesso de disciplina dos jovens, participação ativa dos funcionários, participação dos diretores, enfim, um evento que eu tenho certeza que não vão esquecer. Acho que conseguimos despertar o interesse dos jovens pelas atividades esportivas, conseguimos envolver alguns jovens o despertar para a sociedade dentro de suas limitações. O objetivo do projeto era resgatar a auto-estima, a sua identidade dentro de regras positivas, disciplina esportiva, respeito ao próximo, eu acho que com o pouco tempo de duração do projeto conseguimos atingir esta proposta. O projeto caminhou com diversas barreiras para seu funcionamento, obstáculos que foram muito difíceis de romper. Regras negativas dentro do sistema, alguns funcionários contra o projeto, atividades paralelas que prejudicava o funcionamento da mesma, horários modificados que não eram determinados, enfim, isso causou um certo desconforto para o funcionamento das atividades, com tudo isso conseguimos dar andamento ao Pan-Social com mais vontade e determinação”.

Cláudio Calixto – Coordenador de esporte



com técnicas que pudessem ser executadas pelos jovens em suas próprias moradias, envolvendo toda a família. O Projeto inovou, nesse sentido, acrescentando técnicas de confecção de instrumentos à oficina de capoeira, técnicas de batik e tie-dye⁴⁹ à oficina de estamparia e técnicas de apliques ao bordado, começando a desenvolver oficinas produtivas na forma de cadeias produtivas.

O Pan Social foi particularmente inovador quando levou a capoeira para as unidades de internação do DEGASE, o que parecia a princípio inviável, e provou que era possível sua utilização para desenvolver hábitos e atitudes relacionados com a disciplina, a cooperação e a troca solidária. Não foi tarefa fácil. As resistências eram muito grandes. Mesmo após a apresentação do grupo de capoeira

e orquestra de berimbaus Kina Mutembua da ACB/RJ, no Educandário Santo Expedito, e o compromisso que assumimos de ensinar a capoeira como arte e não como luta, conseguiu acabar com todas as desconfianças sobre essa atividade. Contudo, passados alguns meses, a capoeira se firmou como uma das principais oficinas do PAN Social.

De fato, durante a execução do Projeto o grupo de capoeira ACB/RJ, o Degase foi presença garantida em diversos eventos realizados no âmbito do mesmo e nas unidades da Casa. Podemos citar vários exemplos, entre eles, um evento realizado em dezembro de 2007 no Educandário Santo Expedito para a apresentação dos resultados dos primeiros meses das atividades de capoeira. Durante essa apresentação, um dos adolescentes teve



49 Técnicas milenares utilizadas na África e na Ásia, sobretudo, em tingimento de tecidos

a oportunidade de jogar capoeira com o seu pai emocionando os presentes. O resultado da apresentação foi altamente positivo para a visibilidade do Projeto dentro e fora da unidade.

Assim, uma vez vencidas as barreiras quanto à capoeira em razão das mudanças positivas no comportamento dos adolescentes, houve, inclusive, o surgimento de interesse dos funcionários em participar das oficinas. Além disso, outras unidades que inicialmente não haviam sido contempladas também demonstraram interesse. Como exemplo dos bons resultados alcançados pela oficina de capoeira, alguns jovens demonstraram o desejo de levar para as suas comunidades a prática desta arte e outros gostariam de dar continuidade fora das unidades. Como exemplo, podemos citar o jovem L., que após a progressão de medida seguiu trabalhando com os mestres de capoeira, Mestre Mano e Mestre Silas, além muros do sistema.

Outro exemplo de inovação no âmbito do Projeto Pan Social foi a realização da exposição de fotografias "Sonhos Velados" que levou a público o trabalho de jovens do Educandário João Luiz Alves e do CRIAAD Ricardo de Albuquerque à Casa de Cultura Laura Alvim, bem como à sede principal da Petrobras e à Galeria de Arte da Universidade Federal Fluminense. As fotos da exposição também foram exibidas evento promovido pelo DEGASE no Hotel Guanabara sobre o Projeto "Papo de Resposta", uma parceria entre a ONG Afroreggae e a Polícia Civil do Rio de Janeiro. Ainda como um resultado positivo do Pan Social, três jovens ex-internas do DEGASE participantes do projeto trabalharam nas visitas guiadas no espaço Laura Alvim.

SONHOS

VELADOS

UMAS TANTAS FOTOS É UM SONHO- LIBERTADE

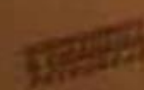
Fotografia, para que te quero?

Para o exercício de uma liberdade que começa pelo olho no visor, lente, porta de entrada, estende-se pelo dedo que pressiona o botão clique e vai ganhar forma no veterano filme no nos sensores dignos de saída. Uma saída para outros olhares, brindados com a expressão fotográfica fez de uma imagem, a sua imagem.

É quando se exerce o direito da mais plena liberdade; a de criar. Uma foto é capaz de revelar um sentimento em pretos brancos, uma mensagem para ser lida tal qual um texto, servida assim, muito íntima e ser capaz de despertar nossa imaginação e conteúdo.

A vida é feita de acontecimentos e milagres, escreveu Joyce. Fotos de Sonhos Velados há todo um milagre - ou a magia - sendo a plena liberdade através da fotografia, esta já não é magia imitativa. A fotografia, aqui, é uma fresta por onde o desejo de meninos e meninas dos quais o descaso social, a falta de educação e o preconceito racial - na sua maioria - rimbaram as portas de sobrevivência digna, dando-lhes como opção única o pior confinados na casa de recuperação, a sombra de grande festa pobre. Foi quando a fotografia surgiu em forma de espelho de libertação na direção de uma vida digna, da vontade quem sabe uma profissão? A fotografia que hoje se apresenta nos e meninas como um ato lúdico, poderá tornar-se a opção assim se já - uma atividade criativa, formadora de espírito para outras gerações em caminho diferente, e da integração

David D.



PETROBRAS



DOS

... para pela
... do fazer o
... as portas
... pração que o

... a plena vir,
... uma via
... os revadas que

... e sua
... de jovens rior
... a entredorta a
... e se viltombra a
... alencia da obra
... as oportunidades
... raniada.

... em países fríos,
... oportunidade, como
... vtracce a sociedade,
... oia para vnos com
... há - e tomara que
... há, capaz de revdear
... oia social.

... em, setembro de 2010



2.5

Principais

Avanços



Os principais avanços do Pan Social se referem à qualidade das relações estabelecidas entre as pessoas envolvidas com o mesmo, de alto comprometimento para que este desse certo. A parceria entre Ação Comunitária do Brasil do Rio de Janeiro, o Degase e a Petrobrás se deu de maneira absolutamente afinada, com o profissionalismo necessário. Houve cooperação mútua inclusive de pessoas que não estavam diretamente envolvidas no Projeto, as quais se empenharam em colaborar tanto na realização das atividades cotidianas como na organização de eventos promovidos pela ACB/RJ e parceiros⁵⁰. O apoio da direção das unidades foi fundamental para o andamento do Pan Social, bem como da direção geral do Degase que dialogou de forma objetiva e transparente com todos. Dentre a qualidade das relações, destaca-se o vínculo estabelecido entre os jovens internos envolvidos com o Projeto, educadores e monitores do mesmo. Tal interação provocou o crescimento/amadurecimento de todos.

A participação das escolas foi fundamental na divulgação/realização do Projeto, na aproximação com os jovens e na execução das atividades. Espaços dessas foram cedidos para a realização de determinadas atividades, bem como disponibilizados materiais didáticos e equipamentos: aparelhos de DVD, TV, vídeo cassete, livros, entre outros. É importante ressaltar que diretores, professores e demais funcionários das escolas se mostraram bastante engajados e participativos, auxiliando diretamente na execução do Pan Social. Na maioria dos casos, buscaram participar inclusive da reflexão sobre sua concepção, apontando para revisões que, eventualmente, se faziam necessárias. Destaque especial nesse sentido para a direção do Colégio Estadual Jornalista Barbosa Lima Sobrinho, instalado no Educandário Cai-Baixada. Nesta unidade, Rodrigo, educador de esporte realizou um trabalho integrado com a escola, afirmando: "Com a escola tenho recebido total liberdade ao acesso de suas de-



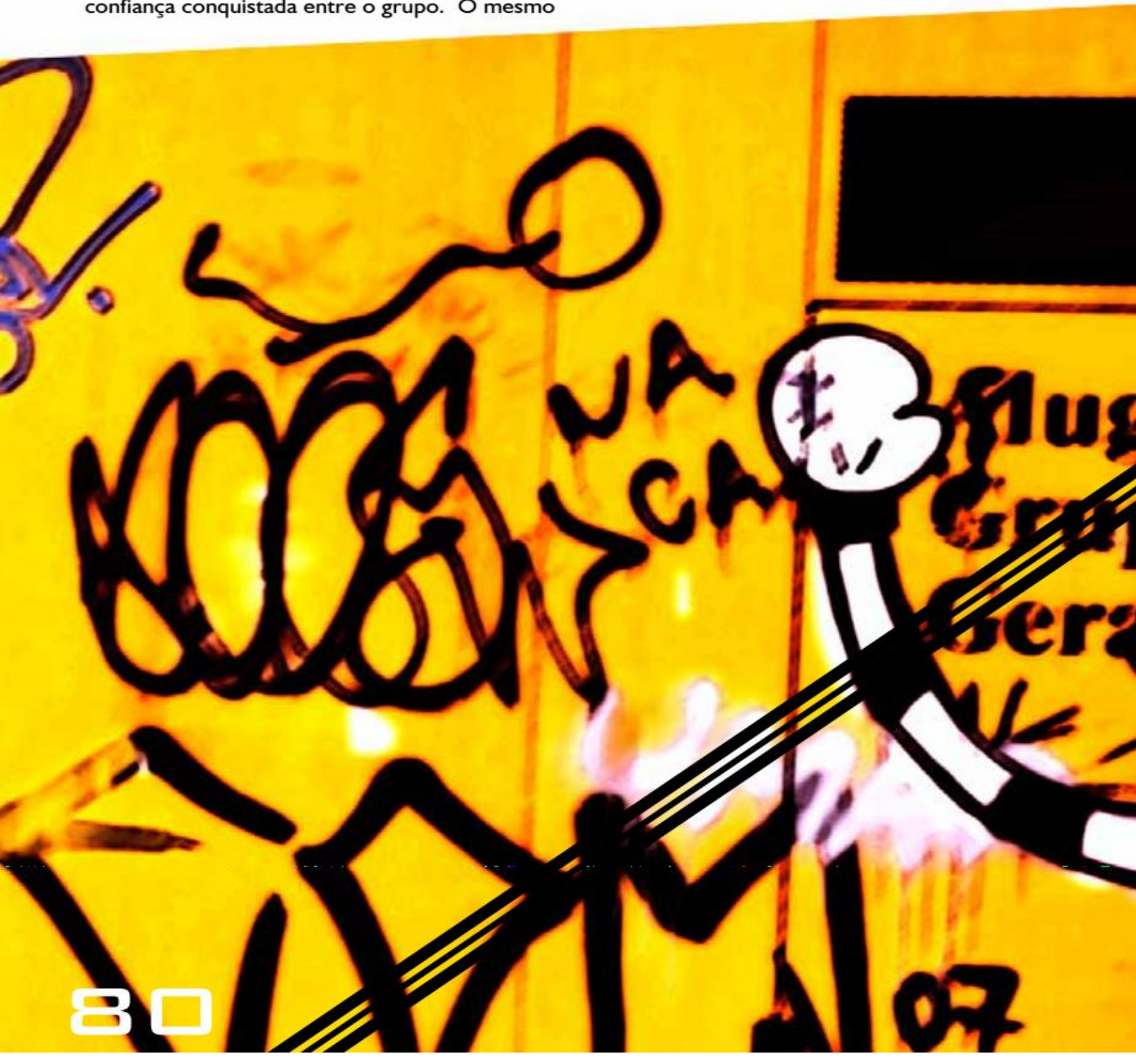
pendências e junto aos professores de educação física da mesma temos desenvolvido o projeto 'Oficina do Corpo', em que envolvemos toda a unidade no mesmo e pretendemos transformá-lo em publicação científica. Também fui convidado a participar do conselho de classe da escola e participei expondo minhas opiniões” .

No decorrer do Projeto, foram freqüentes os comentários dos agentes de disciplina, equipe técnica e profissionais das escolas com relação às mudanças no comportamento dos jovens internos envolvidos com o mesmo. Estes se mostravam mais disciplinados e confiantes. O relacionamento entre os jovens entre si também havia mudado, diziam. Isso pôde ser identificado na oficina de capoeira em que davam as mãos no início de cada jogo; nas oficinas de beleza em que as jovens cooperavam umas com as outras, resultado da confiança conquistada entre o grupo. O mesmo

aconteceu com relação às famílias desses jovens, que também discutiram sobre a mudança que observavam no comportamento de seus filhos. A cada evento realizado era perceptível a integração entre jovens internos, respectivas famílias e profissionais do Degase.

O Projeto avançou igualmente quando foi de encontro a parceiros que pudessem contribuir com a ampliação das atividades ofertadas a esses jovens no âmbito do mesmo, como o caso da realização da oficina de qualificação profissional em técnicas de venda realizada pela ACB/RJ em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego.

Quanto à sua sustentabilidade política foi assegurada durante a sua execução pelo fato de estar estreitamente relacionado à implementação de



uma política pública tida como prioritária pelo governo. Implementação esta, que se deu com a participação direta do governo estadual e indireta do governo federal, via as parcerias firmadas. Ainda assim, vale considerar que a profundidade da problemática tratada no projeto requer sua ampliação/continuidade para que se consolide todo o esforço e investimento ora realizado. Conforme salientado, o Pan Social foi concebido de maneira integrada ao SINASE, mais especificamente ao PROSINASE⁵¹, na medida em que buscou concretizar diretrizes e preceitos respectivos. Por outro lado, pelo seu caráter inovador, o Projeto foi capaz de sugerir novos caminhos que contribuíram para a elevação da auto-estima, senso responsabilidade, capacidade de sonhar e re-significar a vida de jovens envolvidos.

Por outro lado, tal Projeto esteve alinhado com as prioridades do governo e da sociedade brasileira em geral que, reiteradamente, têm apontado a problemática da segurança pública como um dos maiores desafios a serem aqui enfrentados juntamente com a inclusão de jovens de baixa renda e escolaridade, vivendo em comunidades dominadas pela violência armada, no processo de desenvolvimento econômico e social do Brasil. De fato, se trata de uma prática inclusiva.





Resultados Alcançados

São vários os resultados alcançados pelo Pan Social. Talvez o maior de todos seja o de perceber que é possível fazer um trabalho com esses jovens que lhes ajude a amadurecer pessoal e profissionalmente, que traga resultados e que, de fato, mude suas vidas. Na realidade o que se percebe é que faltam oportunidades para eles os quais têm capacidade de usufruí-las quando tratados com seriedade e respeito. Certamente faria diferença no contexto dos jovens em conflito com a lei se outros parceiros se dispusessem a colaborar com sua re-inserção social e produtiva tal como a Petrobrás. Toda a comunidade sairia ganhando e a prevenção seria utilizada de forma mais efetiva.

50 Por diversas vezes pedimos a colaboração dos funcionários dos três núcleos da ACB/RJ para a organização/execução de eventos no Degase. Todos colaboravam de bom grado com doações e/ou com a sua participação ativa.

51 Programa de Implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.


Em termos quantitativos:

- 4 unidades do DEGASE com sua infra-estrutura desportiva recuperada e mantida, dotadas com equipamentos, maquinários e materiais adequados;
- 1.071 jovens com melhores condições de re-inserção social e profissional, mais aptos para um convívio harmonioso familiar e comunitário;
- 2.000 pessoas (jovens, respectivos familiares, diretores e funcionários das unidades do Degase e das escolas envolvidas com o Projeto Pan Social) mais integradas e conscientes dos seus direitos e deveres cidadãos.

Em termos qualitativos:

- Maior visibilidade para a problemática enfrentada pelos jovens em conflito com a lei e respectivos familiares, através da veiculação de reportagens na mídia digital, impressa e televisiva; e através de eventos como o Fashion Rio e exposição “Sonhos Velados”;
- Maior número de atores sociais imbuídos em contribuir com a re-estruturação das unidades do DEGASE e das escolas relacionadas com estes, de forma integrada e participativa;
- Elevação da auto-estima dos jovens e reconhecimento de suas habilidades;
- Jovens capacitados para entrar no mundo do tra-





balho e jovens inseridos diretamente ou indiretamente pelo projeto. Podemos citar vários casos de sucesso: adolescentes que foram inseridos no mercado formal de trabalho através do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego – PNPE realizado através do Pan Social; alunos das oficinas que se tornam monitores após a progressão de medida; adolescentes que nos procuram dizendo que conseguiram trabalho através dos conhecimentos adquiridos nas oficinas; jovens que seguem trabalhando com o grupo de capoeira; jovens que seguem se aperfeiçoando fora das unidades do Degase;

- Melhor convívio entre esses jovens e seus familiares; entre os jovens e profissionais do DEGASE; e entre os jovens e comunidade a qual pertencem. As formaturas dos jovens são momentos nítidos de forte comoção, em que os jovens têm o reconhecimento de suas famílias, educadores, profissionais do DEGASE e comunidade, todos envolvidos nesse momento de grande entusiasmo dos jovens.

- Mudança no comportamento dos jovens com a diminuição do nível de ansiedade e estresse; maior senso de responsabilidade; interesse em elaborar um plano de vida; vontade de construir uma vida melhor;

- Possibilidade de desenho de novos projetos e programas similares a esse que estendam seus resultados e impactos e sejam direcionados também para a prevenção.

2.7 Avaliação Geral

A avaliação geral do Projeto Pan Social foi altamente positiva. Um exemplo concreto nesse sentido se deu em novembro de 2008 quando o próprio DEGASE assumiu para si a tarefa de dar continuidade para o mesmo num momento que a Petrobrás teve que parar com suas atividades para reavaliar todo seu investimento na área social, para depois retomá-lo e quando a própria ONG Ação Comunitária assumiu seus custos (embora tivesse com recursos muito restritos) enquanto não era aprovado o aporte financeiro do DEGASE e a Petrobrás ainda não tinha condições de retomá-lo. Também nessa época, parte significativa dos educadores do Projeto aceitou trabalhar de forma voluntária nos mesmo em função dos resultados que estavam sendo observados. Mudanças comportamentais são evidentes e vários alunos se

mostram muito interessados em traçar para si novos projetos de vida.

Na realidade, no início do Pan Social, nosso primeiro desafio foi apresentar o Projeto nas unidades e conquistar a confiança dos funcionários. Muitos nos recebiam com descrédito e não era incomum escutar: “Lá vem mais um projeto”, “Já vimos esse filme antes” e “*Aqui ninguém fica muito tempo, chegam e logo vão embora*”. Além disso, suas demandas eram variadas. Clamavam por melhores condições de trabalho, solicitavam medicamentos e até mesmo combustível para viaturas, chegando a afirmar que se o Projeto viesse mesmo para ajudá-los que a prioridade fosse modificar a situação vivida pelos jovens e por eles mesmos, que se sentiam pouco valorizados. Ainda assim, co-



mentavam sobre o processo de mudança pelo qual estava passando o Degase na estruturação do Novo Degase.

Ainda sobre esse período, nos encontros frequentes com os diretores e funcionários, nossa preocupação era a de escutar o que aqueles profissionais tinham a dizer sobre o funcionamento das unidades, suas rotinas, os problemas e expectativas em relação ao Projeto que apresentávamos. Essa atitude de escutar o profissional, o que de alguma forma o valorizou, foi muito importante para estreitarmos as relações e começarmos a sermos vistos como parceiros. Com isso, passamos a escutar as seguintes falas: *“É a primeira vez que alguém de um projeto nos escuta”*, *“Até que enfim não vieram com uma ‘receita pronta’”*. Comentaram, ainda, que os funcionários do Degase são tão estigmatizados quanto os jovens internos. Falaram sobre a luta que travavam para acabar com o estigma e para melhorar as condições do Degase.

Assim, a ACB/RJ iniciou o Pan Social ciente de que se tratava de um desafio não só pelas características do seu público-beneficiário, como também pelas carências das unidades em que iria trabalhar e respectivas equipes de trabalho. Assim, estava certa de que enfrentaria um desafio maior do que

aquele de trabalhar em áreas periféricas e faveladas, dominadas pela violência e tráfico de drogas, como faz há mais de quatro décadas.

No entanto, na medida em que a equipe da ACB/RJ foi tomando contato com os jovens cumprindo medidas sócio-educativas no interior DEGASE foi desmistificando para si o universo destes últimos: não são diferentes dos jovens com os quais tem familiaridade no trato. Os jovens cumprindo medidas sócioeducativas no DEGASE parecem mais fragilizados, mais carentes do ponto de vista pessoal, mas, em muitos casos, estão mais preparados para usufruir da oportunidade que lhes foi ofertada, querendo muito aprender e construir uma nova vida para si e para os seus. São vários os depoimentos neste sentido.

Dessa forma, se inicialmente o que parecia ser talvez a maior dificuldade do Projeto, se revelou no seu maior avanço, a participação voluntária dos jovens nas atividades afins e, com bastante entusiasmo, com poucas exceções. Experiência igualmente satisfatória foi trabalhar com a equipe do DEGASE, com especial ênfase à sua direção e assessoria técnica, pelo forte empenho demonstrou em construir um “novo” DEGASE.





VIOLÊNCIA JUVENIL

Armand F. Pereira⁵²

O Projeto Pan Social da Ação Comunitária do Brasil (ACB/RJ), em parceria com o Departamento Geral de Ações Sócioeducativas (DEGASE)⁵³ é uma iniciativa digna de análise. Por um lado, oferece esperança sobre intervenções comunitárias na reabilitação de jovens em conflito com a lei e na prevenção da marginalidade e da violência. Por outro lado, devido às suas limitações de funções, objetivos e recursos, o Projeto suscita uma

discussão mais ampla da violência juvenil, da necessidade urgente de melhorar as políticas e programas de prevenção e de justificar investimentos maiores na reabilitação e, sobretudo, na prevenção. Este capítulo trata dessas questões com o objetivo de promover essa discussão no âmbito inter-governamental, de parcerias público-privadas e de financiamentos de apoio de agências doadoras e bancos de desenvolvimento.

⁵² Consultor internacional, ex-diretor da OIT para os Estados Unidos e representante da OIT para as agências multilaterais em Washington (2005-2009), ex-diretor da OIT para o Brasil (1998-2005), economista do Departamento de Emprego e Desenvolvimento da OIT, Genebra (1982-1997), Professor e pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (1977-1982).

⁵³ Projeto realizado com financiamento da Petrobras e inicialmente com o apoio da Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado e depois com o apoio da Secretaria de Estado de Educação.

⁵⁴ Este texto faz preferencialmente referência a menores de 18 anos como "crianças/adolescentes" em vez de "crianças" e "adolescentes" (como nos demais capítulos deste livro) apenas para chamar atenção do seguinte: Embora o art. 2º da Lei 8.069/90 considere "criança" a pessoa de até 12 (doze) anos de idade incompletos, a Convenção das Nações Unidas sobre os "Direitos da Criança", de 1990, e a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho sobre as "Piores Formas de Trabalho Infantil", de 1999 – ambas ratificadas pelo Brasil – consideram "crianças" os menores de 18 anos para fins de cobertura e aplicação desses tratados. A mesma ambigüidade ficou refletida na incoerência entre os títulos dessa Convenção da ONU sobre os "Direitos da Criança" e o Estatuto da "Criança e Adolescente" embora aprovado após a ratificação dessa Convenção. Essa ambigüidade não é desprezível e tem repercussões importantes para a defesa dos direitos das "crianças" e para o debate recorrente sobre a maior idade penal. Por isso, o autor deste texto avalia que é politicamente incorreto (mesmo que aceitável em termos legais nacionais) usar a palavra "adolescente" quando quer que seja para sugerir maior ou suficiente responsabilidade e quando, na verdade, o termo se refere a "criança" de fato e/ou de jure no contexto internacional.

⁵⁵ Declaração de Genebra sobre Violência Armada e Desenvolvimento: Global Burden of Armed Violence Report (Geneva), 2008. <http://www.genevadeclaration.org/pdfs/Global-Burden-of-Armed-Violence.pdf>

⁵⁶ Julio Jacobo Waiselfisz et al: Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros 2008 (Brasília, Rede de Informação Tecnológica Latino Americana (RITLA), Instituto Sangari), 2008.

3.1 A violência juvenil em perspectiva:

Alguns dados...



A violência e outras infrações penais cometidas por crianças/adolescentes têm tido crescente destaque no Brasil e outros países. Os noticiários dão cobertura muito curta (com raras exceções), com estatísticas de efeito sensacionalista, que tendem a promover diagnósticos simples demais para um problema complexo demais. Quase sempre essas notícias desembocam na questão de se reduzir ou não para 16 anos a idade de responsabilidade criminal de 18 anos, estabelecida pela Constituição Federal. Essa simplificação do problema da violência é incoerente e, perante a evidência apresentada neste capítulo, é irresponsável e inaceitável.

A violência referente a crianças/adolescentes necessita ser discutida no contexto de tendências gerais da violência e, dentro do possível, com distinção de casos de jovens como vítimas e jovens como infratores. Sobre as tendências gerais, as seguintes taxas de "homicídios intencionais" (dolosos) por 100.000 habitantes foram estimadas

para 2004: África Meridional 31,7, América Central 29,3, América do Sul 25,9, Brasil 27,4. Esta taxa estimada para o Brasil difere um pouco das taxas encontradas no âmbito nacional devido a diferenças de definições e também porque nem todos os estados da federação contabilizam estatísticas de homicídios da mesma forma. Além disso, alguns estados, entre eles o do Rio de Janeiro, têm feito mudanças nas categorias criminais, o que complica ainda mais comparações entre estados e entre países.

Um estudo da evolução dos óbitos nos 5.564 municípios brasileiros - com base nos dados do Ministério da Saúde entre 1996 e 2006 - demonstra uma queda considerável no total de homicídios nos municípios de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e algumas cidades satélites, tais como Guarulhos, Nova Iguaçu, Niterói, Belford Roxo e Campinas no período 2002-2006, contrastando com uma tendência mais generalizada de aumentos em cidades menores litorâneas e do interior (Tabela 1).



Tabela I: Os 200 municípios com maior número de homicídios na população total em 2006 - Brasil.

Ordem	UF	Município	Número de homicídios			Taxa	Popul.	Tx.	Pop.
			2002	2003	2004	2005	2006	2006	(miles)
1º	SP	São Paulo	5575	5591	4275	3096	2546	23,7	10761,2
2º	RJ	Rio de Janeiro	3728	3350	3174	2552	2273	37,7	6025,0
3º	PE	Recife	1312	1336	1352	1324	1375	90,9	1512,8
4º	BA	Salvador	585	730	739	1062	1176	41,8	2812,5
5º	MG	Belo Horizonte	979	1329	1506	1293	1168	49,2	2376,0
6º	AL	Maceió	511	520	559	620	899	104,0	864,3
7º	PR	Curitiba	530	612	693	778	874	49,3	1771,8
8º	CE	Fortaleza	707	666	654	808	847	35,4	2389,7
9º	DF	Brasília	744	856	815	745	769	32,1	2393,1
10º	RJ	Duque de Caxias	655	703	605	710	686	82,6	830,4
11º	AM	Manaus	395	448	410	484	543	34,7	1565,8
12º	RS	Porto Alegre	560	508	566	573	511	36,3	1406,6
13º	RJ	Nova Iguaçu	636	651	579	552	494	59,0	836,8
14º	SP	Guarulhos	804	638	532	453	487	39,9	1221,7
15º	PA	Belém	420	466	403	628	479	34,7	1379,1
16º	PE	Jaboatão dos Guararapes	442	474	493	535	475	72,9	651,4
17º	GO	Goiânia	430	429	435	415	444	36,4	1220,2
18º	ES	Serra	404	363	407	346	365	97,3	375,0
19º	RJ	São Gonçalo	418	367	294	432	330	34,8	949,2
20º	PR	Foz do Iguaçu	265	241	285	275	326	106,8	305,2
21º	PB	João Pessoa	263	281	272	318	325	49,0	663,5
22º	MG	Contagem	288	329	374	359	300	50,2	597,4
23º	ES	Cariacica	272	297	280	280	291	82,7	352,0
24º	MG	Betim	108	252	306	297	285	71,0	401,3
25º	PA	Ananindeua	49	59	127	160	284	59,8	475,1
26º	ES	Vitória	240	221	253	263	273	88,6	308,1
27º	PI	Teresina	206	214	198	232	270	35,2	767,7
28º	MA	São Luís	194	284	307	294	262	27,8	943,3
29º	RO	Porto Velho	220	181	257	211	261	71,8	363,6
30º	ES	Vila Velha	215	245	207	185	245	63,2	387,7
31º	RJ	Niterói	255	257	265	301	241	51,0	472,4
32º	SE	Aracaju	258	243	229	202	235	46,0	510,3
33º	PE	Olinda	235	289	241	275	220	56,9	386,4
34º	SP	Campinas	536	523	374	227	220	21,4	1028,4
35º	MT	Cuiabá	260	253	235	237	216	41,7	517,6
36º	RJ	Belford Roxo	306	252	307	252	213	45,0	473,8
37º	MS	Campo Grande	239	249	221	214	207	28,9	716,1
38º	BA	Feira de Santana	97	41	41	49	199	35,5	560,2

Fonte: Julio Jacobo Waiselfisz et al: Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros 2008 (Brasília, Rede de Informação Tecnológica Latino Americana (RITLA), Instituto Sangari), 2008.

Para o município do Rio de Janeiro, o número de homicídios por 100.000 habitantes caiu de cerca de 43 em 1999 para 38 em 2006 e 34 em 2009⁵⁷. O pequeno decréscimo é encorajador, embora a taxa seja ainda muito alta, se comparada, por exemplo, com as taxas de algumas capitais europeias: 7,6 em Riga, 5,4 em Glasgow, 3,4 em Belfast, 3,1 em Dublin, 2,3 em Londres, 1,5 em Berlim, 1,2 em Madrid e menos de 1 em Lisboa e Roma, porém aumentando em algumas dessas cidades: Lisboa, Dublin e outras do leste europeu⁵⁸.

Jovens como vítimas e jovens como infratores, são duas faces da mesma moeda que se complementam em muitos casos, ou seja: o medo de ser vítima pode conduzir o jovem a um comportamento de defesa, que incentiva o porte de armas, que facilita infrações à mão armada. Os dados existentes no Brasil sobre jovens como vítimas de homicídios são, contudo, muito mais impressionantes do que os dados de homicídios cometidos com a participação de jovens. Esta assimetria não tem sido adequadamente coberta pela mídia; e não

pela falta de dados em si, mas sim pela simplicidade das reportagens em geral, pela própria política de criminalização dos jovens; pela pressão para reduzir a maioria penal; pela estigmatização de jovens negros e favelados como principais suspeitos a priori de atos de violência, etc.

O Mapa da Violência acima citado revela um lastimável crescimento de 31,3% na taxa de homicídios na faixa de 12 a 18 anos comparado com um acréscimo de 20% para o resto da população. O número de homicídios de adolescentes vem também se interiorizando desde 1999⁵⁹.

Em 2009, um estudo baseado nas tendências estatísticas de 2000 a 2006 estimou 13 assassinatos diários de jovens de 12 a 18 anos de 2006 a 2012 (33,5 mil), caso os índices de violência no país não se alterem nos próximos anos. O município com o pior resultado é Foz do Iguaçu (PR), sugerindo com base no índice de 2006 que 443 crianças/adolescentes de 12-18 anos sejam assassinados nessa cidade entre 2006 e 2012 (Tabela 2).

Ordem	Município	UF	Índice em 2006*
1 ^a	Foz do Iguaçu	PR	9,7
2 ^a	Governador Valadares	MG	8,5
3 ^a	Cariacica	ES	7,3
4 ^a	Olinda	PE	6,5
5 ^a	Linhares	ES	6,2
6 ^a	Serra	ES	6,1
7 ^a	Duque de Caxias	RJ	6,1
8 ^a	Jaboatão dos Guararapes	PE	6,0
9 ^a	Maceió	AL	6,0
10 ^a	Recife	PE	6,0
...
21 ^a	Rio de Janeiro	RJ	4,9

* "O cálculo do Índice segue a lógica das tábuas de mortalidade e aplica taxas específicas de homicídio por idade a uma corte de 1.000 adolescentes na idade inicial: 12 anos. A soma das mortes estimadas, ano a ano, até a idade final – 18 anos, se traduz no número esperado de vidas perdidas por homicídio entre os 12 e 18 anos, para cada grupo de 1.000 adolescentes. Dito de outra forma, de cada 1.000 adolescentes que cumprem 12 anos, quantos serão vítimas de homicídio antes de completar 19 anos." (p. 3).

Fonte: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e Observatório de Favelas: Índice de Homicídios na Adolescência (Brasília), julho 2009.

⁵⁷ Ver Vinicius Carvalho da Silva: *Estatística e realidade sobre segurança pública no Rio De Janeiro (Rio, O Globo – Infoglobo) 11 de fev. 2010.*

⁵⁸ Ver Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC): *Intentional homicide, rate per 100,000 population, by sub-region, 2004*, (<http://www.unodc.org/unodc/en/frontpage/unodc-releases-global-homicide-data.html>) e capítulo 4 de *Declaração de Genebra sobre Violência Armada e Desenvolvimento...*, op.cit. (<http://www.genevadeclaration.org/pdfs/Global-Burden-of-Armed-Violence.pdf>)

⁵⁹ Julio Jacobo Waiselfisz et al, op. cit.

O Rio de Janeiro aparece em 21ª posição com um IHA de 4,9 mas com o número mais elevado de mortes (3.423) de crianças/adolescentes com menos de 19 anos estimadas para o período de 2006 a 2012. Já o Município de São Paulo tem a 151ª posição com um IHA de 1,4 e um total de 1992 mortes projetadas.

Estimou ainda que o risco de ser assassinado no Brasil é 2,6 vezes maior entre adolescentes negros do que entre brancos, e que o risco é 11 vezes maior para crianças/adolescentes do sexo masculino do que do sexo feminino⁶⁰. Esta tendência também foi observada para o Estado do Rio de Janeiro por um estudo realizado pelo Instituto de Segurança Pública considerando a série histórica 2002 a 2006⁶¹. Este estudo - com base nos microdados de registros de ocorrência da Polícia Civil de 2002 a 2006 e outros dados da SESEG-RJ - constatou que entre as crianças e adolescentes, os percentuais de vítimas e infratores eram respectivamente 90,8% and 9,2% em 2006. O estudo revelou porém que o número de crianças e adolescentes vítimas baixou de 24.938 em 2002 para 15.558 em 2006.

Em 2000, no Estado do Rio de Janeiro, 2816 crianças/adolescentes de 12 a 18 anos morreram assassinados (107 por cem mil habitantes), 10 enquanto que a taxa média brasileira de homicídios de jovens entre 15 e 24 era de 52, 32,5 e 30, respectivamente em 2000, 1990 e 1980⁶². O Estado do Rio de Janeiro só era superado por Pernambuco. Já a cidade do Rio de Janeiro ficava atrás de outras três capitais: Recife, Vitória e São Paulo. Em 1991, os homicídios de crianças/adolescentes no Estado do Rio correspondiam a 76,2 por cem mil. Enquanto as mortes por homicídio não ultrapassavam 4% do conjunto das mortes, no universo da população brasileira, na faixa etária de 12 a 18 anos, o número chegava a 39%⁶³.

Entre diversas informações proporcionadas pela COAV (Children and Youth in Organized Armed Violence) vinculado ao Viva Rio, destacam-se as seguintes⁶⁴:

De 1993 a 2002, o número de jovens entre 15 e 24 anos assassinados no Brasil cresceu 88,6%. Na população geral, o crescimento foi de 62,3%. A taxa de homicídios de afro-descendentes foi de 68,4 mortos por 100 mil habitantes, 74% maior do que a média de brancos mortos da mesma idade (39,3). O número de crianças e jovens vítimas de arma de fogo no Brasil cresceu de 5.227 em 1991 para 12.233 em 2000. Cerca de 20% das vítimas de homicídios por armas de fogo em 2001 eram jovens de 15 a 19 anos, segundo dados do Laboratório de Análise da Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Uma em cada 14 crianças/adolescentes de 12 a 18 anos teve os pais mortos pelo tráfico e um em cada 8 meninos de 10 anos que vivem em bocas-de-fumo teve os pais executados por traficantes, segundo dados de uma pesquisa de 5.442 jovens que trabalham com o tráfico de drogas em 232 favelas do Rio. Uma pesquisa realizada entre 1º de janeiro de 2003 a 31 de junho de 2004 pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro revelou que cerca de 53% dos 14.429 processos por crimes no Rio de Janeiro envolveu jovens entre 18 e 24 anos. Entre 1979 e 2003, 550 mil pessoas morreram como vítimas de arma de fogo, dos quais 205.722 tinham entre 15 e 24 anos. O número de jovens nesta faixa etária que foram mortos com armas de fogo cresceu de 2.208 em 1979 para 16.345 em 2003.

⁶⁰ SEDH, Unicef e Observatório de Favelas, Laboratório de Análise da Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro: Índice de homicídios na adolescência (IHA) (Brasília, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, UERJ et al) 2009.

⁶¹ Ana Paula Mendes de Miranda, Kátia Sento Sé Mello e Renato Dirk: Dossiê criança e adolescente (Rio de Janeiro, ISP SESEG-RJ), 2007.

⁶² COAV: Brasil: Taxa de homicídios entre jovens quase dobrou nos anos 90 (Rio de Janeiro, Viva Rio), <http://www.coav.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=1385&sid=3>

⁶³ Luiz Eduardo Soares, set. 2002. op. cit.

⁶⁴ Ver quadro de informações e estatísticas no website de COAV: <http://www.coav.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=1385&sid=3>





Essa heterogeneidade de dados e universos permite conclusões limitadas sobre o aumento da matança de crianças/adolescentes na faixa etária de 12 a 18 anos e de jovens de 15 a 24 anos nos âmbitos nacional, estadual ou municipal. Sugere porém que a violência está amplamente vinculada ao tráfico de drogas e armas - fenômeno que surgiu na cidade do Rio de Janeiro desde o início da década de 1990, quando crianças/adolescentes passaram a ser aceitos no trabalho do tráfico. Sugere que existe insuficiência de estatísticas harmonizadas sobre a violência que, por sua vez, suscitam irregularidade de registros e investigações de homicídios. Sugere ainda que a incidência de infrações de crianças/adolescentes são reflexo parcial da violência contra eles/as. Em muitos casos, as carências sociais das crianças/adolescentes, combinadas com o medo de se tornarem vítimas da violência e com o assédio do tráfico de armas e drogas promovem porte de armas que, por sua vez, facilitam infrações penais, particularmente roubos, mas também latrocínios e, em muito menor grau, homicídios dolosos.

Quanto aos atos infracionais praticados por crianças/adolescentes no Brasil, diversos autores têm enfatizado que esses têm sido proporcionalmente baixos quando comparados com o total nacional, desafiando assim argumentos defensores da redução da idade penal e seus potenciais efeitos. Entre os estudos realizados, um sobre o Estado do Rio de Janeiro e outro sobre o Estado de São Paulo merecem especial destaque.

O estudo do Estado do Rio de Janeiro⁶⁵, mostra que o número de crianças e adolescentes que

aparecem nos registros de ocorrência da Polícia Civil envolvidos em atos infracionais baixou de 3.956 em 2002 para 1.890 em 2006. O número de apreensões teve “queda muito significativa entre os anos de 2002 e 2006, representando uma redução de pouco mais de 50% das apreensões de adolescentes infratores no Estado do Rio de Janeiro. ...Entre 2002 e 2004, em comparação ao período entre 2004 e 2006, houve uma queda maior no número de apreensões. De 2002 para 2003 a redução no número de apreensões foi de 44,2%; de 2002 para 2005 e de 2002 para 2006, foram 48,8% e 52,2% respectivamente”⁶⁶. Apresentando uma decomposição detalhada das vítimas e infratores por região, sexo, raça/cor, o estudo mostra, por exemplo, que 89,1% dos infratores são de 15-17 anos de idade; os não-brancos somavam 68,6%; quanto a residência, 61,9% eram da cidade do Rio, dos quais 45,8% eram da Zona Norte, 24,8% da Zona Oeste e 18,9% da Zona Sul⁶⁷.

O estudo realizado sobre o Estado de São Paulo com base em dados oficiais de 2001-2003 revelou que menores de 18 anos (representando 36% da população do estado) foram responsáveis por 0,97% dos homicídios dolosos (com intenção), 1,5% do total de roubos (maior motivo de internação na Febem) e 2,6% dos latrocínios (roubo com a morte da vítima). Os índices de 2003 para homicídios foram 0,1% superiores aos de 2002, por sua vez, superiores em 0,1% aos de 2001, portanto com muito pouca alteração nesses três anos. A participação dos adolescentes só ultrapassa a faixa dos 10% nos crimes de tráfico de drogas (12,8%) e porte ilegal de arma (14,8%).



Segundo uma reportagem sobre esse estudo⁶⁸:

“Esses números derrubam o mito da periculosidade dos jovens e mostram que a redução da maioria penal vai ter um impacto muito pequeno e ineficaz”, afirmou ... Túlio Kahn, coordenador-executivo da CAP. ‘...Essas imagens enviesadas, de que o jovem está envolvido com crimes graves, podem sustentar políticas públicas e leis que não atacam a raiz do problema e que podem até piorar a situação’, disse o coordenador.’ ...O levantamento surpreendeu até

peçoas envolvidas na defesa dos direitos da criança e do adolescente. Elas afirmaram saber que os índices eram baixos, mas, antes de serem informadas dos resultados, estimaram números acima dos verificados pela CAP. A presidente da Amar (associação das mães de internos da Febem), Maria da Conceição Paganele dos Santos, achava que a participação dos jovens no total de casos de homicídios correspondia a 10% - proporção dos internos na Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) que respondem por esse crime. ‘Não havia estatística. Nós nos

⁶⁵ Miranda, Mello e Dirk, op. cit.

⁶⁶ Ibid. p. 36.

⁶⁷ Ibid, pp 37-39.



guiávamos pelos números da Febem', disse. Para ela, a maior parte dos internos esteve envolvida em roubo de carros e motos. O levantamento mostrou que jovens com menos de 18 anos respondem em São Paulo por 0,6% dos roubos de veículos e 0,3% dos furtos de carros. Coordenador estadual do Movimento Nacional de Direitos Humanos e membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP (Ordem dos Advogados do Brasil), Ariel de Castro Alves também acreditava que o envolvimento dos adolescentes com homicídios chegasse a 10% dos crimes. 'O

índice de 1% nos casos de homicídio mostra claramente que os adolescentes não são os responsáveis pela violência e que a tese da redução da maioridade penal é ainda mais absurda do que pensávamos', afirmou Alves. A promotora da Infância e da Juventude Sueli Riviera, que acreditava na estimativa de 10% de envolvimento de jovens nos casos de homicídio, também se disse surpresa com o levantamento. 'Não tinha idéia de que o índice era esse. O Estado tem o dever de mostrar esses números para acabar com o estigma contra jovens da periferia', afirmou Riviera."

68 Os dados desse estudo foram calculados com base em ocorrências em que foi possível identificar se o criminoso era menor ou não, e foram tabulados pela Coordenadoria de Análise e Planejamento (CAP) da Secretaria da Segurança Pública de São Paulo, contabilizando adolescentes presos em flagrante ou identificados em boletins de ocorrência. Ver Gilmar Pentead: "Menor de idade participa de 1% dos homicídios em SP", em Folha de São Paulo, 01/01/04. (<http://www.comunidadessegura.org/pt-br/node/10536>)



3.2. Redução da maioridade penal:

Um debate na contramão

Embora limitadas, as informações supracitadas sobre jovens como vítimas de violência e como autores de violência desafiam a discussão simplória sobre a redução da idade penal. Esse debate já dura pelo menos uma década no Brasil, tornando-se cada vez mais polarizado apesar de inúmeros projetos de lei. A proposta de redução da maioria penal não passa de uma atadura numa ferida já com indícios de gangrena - especialmente em algumas das principais áreas metropolitanas caracterizadas por dificuldades de inclusão social dos jovens, pela atuação de redes de tráfico de armas e drogas, pela atuação de gangues, pela crônica negligência e/ou incapacidade estatal, pela insuficiência de ações não-governamentais e de parcerias público-privadas, por incoerências na divisão de funções da máquina administrativa intergovernamental e de suas instituições, etc.

É certo que a impunidade por crimes e outros atos de violência é um grave problema nacional, mas este não se limita a crianças/adolescentes de menos de 18 anos. Há, sem dúvida, necessidade de reduzir a impunidade acima e abaixo dessa idade. Mas a redução da maioria penal vai na contramão da própria história do Brasil e da tendência mundial predominante: O Código Criminal do Império, de 1830, definia a responsabilização criminal aos 14 anos; o Código Pe-

nal da República, de 1890, “só não considerava criminosos ‘os menores de 9 anos completos’ ou aqueles que sendo maiores de 9 e menores de 14 houvessem agido sem discernimento.” Não há evidência empírica conhecida de como essas mudanças de idade penal teriam afetado a incidência de infrações penais de crianças⁶⁹. Além disso, a vasta maioria dos países estabelece 18 anos como maioria penal; cerca de 5% a define com 19 ou 21; os países que a definem em 17, 16, 15 e 14, mesmo somados, são um número bem menor que o total de países que a define em 18, embora a idade varie muito entre países, e.g.: 17 na França e Polônia; 7 numa dúzia de países, incluindo a África do Sul e os Estados Unidos (6 no Estado da Carolina do Norte) e quase todas as outras ex-colônias britânicas, o que pode estar talvez associado a características específicas de regime de “common law” e/ou a velhas políticas perversas de controle colonial, etc.

Contudo, é interessante notar que, nos últimos anos, houve mais países aumentando do que reduzindo a idade de responsabilidade penal, e essa tendência continua, promovida por esforços de harmonização intra-regional e internacional influenciados pelas “Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores (“Regras de Beijing”). Por exemplo, no Reino

⁶⁹ Para uma análise dessas mudanças de legislação e seus efeitos, ver, por exemplo, M. Rolim: *Sobre a redução da idade penal*, Pronunciamento à Câmara dos Deputados, Brasília, 5 de Fev de 2001. (<http://www.rolim.com.br/pronunc05.02.htm>).



Crédito Oficina "FotoOlhares" do Pan Social
Exposição Sonhos Velados
Casa de Cultura Laura Alvim - 2008

Unido a maioria penal aumentou de 7 para 10-12 (i.e.: 10 na Inglaterra e no País de Gales, 12 na Escócia) e continua sob pressão para se alinhar (para cima) com a maioria penal na maioria dos países da União Européia. Também a ratificação, hoje quase universal, da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança e da Convenção 182 da OIT sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil – ambas enfatizando direitos humanos fundamentais das “crianças”, i.e. com menos de 18 anos - indiretamente promovem a ênfase na idade penal de 18 anos na medida em que a implementação efetiva dos direitos das crianças - especificamente em termos de nutrição, saúde, educação, e proteção da exploração no trabalho e de outros abusos - têm comprovado impacto nos indicadores de violência e outras infrações penais.

Mais importante do que a idade penal será, todavia, o conjunto de condições políticas, culturais e socioeconômicas e de jurisprudência de cada país e a existência de regras mínimas de procedimentos que possibilitem tratamento diferenciado e excepcional para as condições específicas de casos de infrações de crianças/adolescentes, bem como a possibilidade de revisão de infrações pelos tribunais, a diversidade de instituições correcionais, incluindo centros “socioeducacionais”, flexibilidade de medidas de correção e reabilitação, etc. Em alguns países que, por

herança britânica, ainda têm maioria penal de 7 anos, na verdade as penas poderão levar muito menos em conta a idade do infrator do que sua índole e consciência sobre a gravidade da infração, independentemente da sua idade.

No Brasil, representantes da Igreja Católica e do Poder Judiciário e diversos membros do Congresso Nacional, líderes não-governamentais, entre outras ilustres personalidades nacionais, têm ocasionalmente feito pronunciamentos combatendo ou desafiando a redução da maioria penal⁷⁰. Acaso a maioria penal fosse reduzida no Brasil (um cenário hoje já menos provável que em 2006, por exemplo), o efeito imediato seria uma percepção enganosa de um “já está controlado” que provavelmente causaria um relaxamento de investimentos em medidas de prevenção, cujo efeito perverso seria de aumentar ainda mais as infrações penais cometidas por crianças/adolescentes. Por isso, tal como comentou Túlio Kahn, coordenador-executivo da CAP do Estado de São Paulo (ver citação no final da seção anterior), também o Presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Cezar Britto, e o Presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, teriam afirmado ou dado a entender (em janeiro 2007) que “...reduzir a maioria penal não seria uma solução para a violência”⁷¹.

⁷⁰ Entre outros, a Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministra Ellen Gracie, a Diretora do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção e Tratamento da Delinquência (Ilanud), Karina Sposato, etc. Ver Artigo sobre o tema em Veja (São Paulo, Ed. Abril), Fev. 2007. http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas_respostas/maioridade_penal/index.shtml

⁷¹ *Ibid*

3.3. Prevenção : Fundamental para reduzir a violência e a criminalidade

O objeto central deste livro - o Projeto Pan Social da Ação Comunitária do Brasil (ACB/RJ) - ajuda a entender melhor o perfil de crianças/adolescentes em conflito com a lei no Rio de Janeiro. Os dados sobre o perfil dos internos em unidades do DEGASE e os de outros universos expõem graves carências de educação, de renda e de assistência e integração social⁷². Refletem forte desigualdade racial⁷³. Revelam alienação. Por exemplo, as respostas dos jovens alvo do Projeto Pan Social sobre nível de escolaridade sugerem tendência a esconder ou a desconhecer suas carências educacionais; também as respostas sobre acesso a programas de assistência de renda familiar indicam que desconhecem ou subestimam proposadamente o seu grau de pobreza e déficit de renda (talvez por vergonha, ou medo de maior exclusão) - e provavelmente com razão, como sugerem as conclusões de Tapparelli e Almeida num estudo de Salvador em 2000-2003⁷⁴:

"A vinculação entre infração e pobreza, no sentido do que a infração é atribuída à pobreza dos grupos de origem dos adolescentes, à desagregação familiar, ao fracasso escolar, à falta de regras e limites, leva a considerá-los infratores mais por esses aspectos do que pelas infrações que cometeram. O sentimento de medo, de insegurança e de apreensão em relação a eles, nos diferentes espaços sociais, é fruto da elaboração coletiva e do poder da informação midiática. Desta forma não são as práticas infracionais que suscitam alarme e destroem a tranquilidade pública, mas o pobre e o negro que ainda permanecem no imaginário coletivo como figuras perigosas para a ordem pública."

Essas e outras posições defendem ser necessário derrubar o estigma da pobreza. Com especial apoio da mídia responsável, é preciso demonstrar à sociedade em geral, a legisladores e a formuladores de opinião e de políticas públicas, que a criminalidade não é causada pela pobreza em si,

mas sim facilitada pela pobreza, quando não existe um quadro adequado de prevenção para romper o círculo vicioso de:

...pobreza carências socioeconômicas exclusão marginalidade criminalidade espontânea ou recrutada morte precoce e/ou internato/cárcere reabilitação ou retorno à marginalidade...etc.

Para além da reabilitação de crianças/adolescentes já com cadastro de conflito com a lei, esse quadro de prevenção (na melhor das hipóteses) requer um mínimo de três componentes de políticas públicas que, segundo a própria Constituição Federal, incluem responsabilidades essenciais do Estado:

- 1) "segurança socioeconômica",
- 2) "segurança pública" e
- 3) "justiça juvenil".

Uma política de "segurança socioeconômica" (ou "segurança humana" ou outros rótulos diferentes mas semelhantes em conteúdo) deve preferencialmente incluir: oportunidades de emprego/empreendedorismo e, como instrumentos para tais fins, oportunidades de formação profissionalizante e de microcrédito, levando em consideração dimensões e carências diferenciadas de renda, gênero e raça, etc. Em caso de insuficiência de oportunidades de emprego assalariado ou por conta própria, será importante proporcionar programas suplementares de assistência de renda para:

- a) garantir o suprimento de déficits de necessidades básicas especialmente de nutrição, saúde, abrigo, educação, e
- b) permitir melhorias de integração social e de protagonismo juvenil no desenvolvimento comunitário, etc.;

⁷² Além das informações nos capítulos deste manuscrito, o estudo mencionado abaixo, com dados de 2002, mostrou que "os adolescentes atendidos pelas unidades do DEGASE... são em sua maioria meninos com primeiro grau incompleto. Os atos infracionais dizem respeito a crimes relacionados a drogas e a roubo." Ver João Trajano Sento Sé: "Adolescentes em conflito com a lei", in Boletim Segurança e Cidadania (Rio de Janeiro, UERJ, Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, Ano 02, N. 01, abril 2004).

⁷³ É provável que a desigualdade racial nos indicadores de infrações penais cometidas por crianças/adolescentes seja estatisticamente subestimada pela auto-definição de raça/cor que nem sempre condiz com a realidade, seja por medo de discriminação e/ou por baixa auto-estima.

⁷⁴ Gino Tapparelli e Andrija Almeida: Perfil dos adolescentes em conflito com a lei representados pela Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude em Salvador (2000-2003), L'altro diritto - Centro di documentazione su carcere, devianza e marginalità - <http://www.altrodiritto.unifi.it/ricerche/latina/almeida/>



No entanto, a prevenção de infrações penais de crianças/adolescentes não deve ficar restrita a ações que tratem de reduzir apenas o déficit de carências sociais. Precisa de diagnósticos locais para identificar e implementar formas suplementares à assistência de renda que promovam o engajamento social e evitem o assédio dos agentes do narcotráfico. Como dizia um experiente protagonista⁷⁵:

A violência das grandes cidades tem um componente ligado à pobreza, mas não deve ser creditada unicamente a ela, como é o caso do crime organizado que atua no tráfico de armas, cujos tentáculos se espriam pela falta de controle democrático efetivo das instituições – Ministério Público, Justiça e polícias.

Uma política de “segurança pública” deve ter caráter intergovernamental com um sistema integrado de medidas para reduzir os “agenciamentos” da criminalidade, baseada em diagnósticos locais de comportamentos de marginalidade de risco criminal e ocorrências de criminalidade que permitam, com liderança municipal, identificar ações eficientes para inibir e evitar tais ocorrências como parte de programas de prevenção. Como parte dessa política, a prevenção da violência contra crianças/adolescentes, requer sistematização adequada de informações sobre os jovens infratores reincidentes que passam pelas unidades sócio-educativas; requer também formação adequada dos profissionais que atuam no interior nessas unidades, etc⁷⁶.

Em princípio, boa parte dessas características já estão preconizadas pelo Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), introduzido desde meados de 2007 através do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) que, segundo seus objetivos explícitos, “foi criado para articular as ações federais, estaduais e municipais na área da segurança pública e da Justiça Criminal, de forma a integrá-los na prática, sem interferir na autonomia dos órgãos de segurança. Apesar de único, as instituições que fazem parte do SUSP são diversas e autônomas. Cada instituição cumpre suas responsabilidades e servem de modelo nas experiências em missões especiais e forças-tarefa

que órgãos diferentes trabalham integrados, com pessoal qualificado e objetivos, metas e metodologia definidos. Os estados podem participar do SUSP por meio da assinatura de um protocolo de intenções entre governo do Estado e Ministério da Justiça a partir de então, o estado elabora um plano estadual de segurança e é criado um comitê de gestão integrada estadual, do qual fazem parte o secretário estadual de Segurança Pública, como coordenador e representantes das Polícias Federal, Rodoviária Federal e Civil, além das guardas municipais.

A intenção é contar também com a cooperação ativa do Ministério Público e do Poder Judiciário. Esse comitê, define as ações, principalmente no combate ao crime organizado (tráfico de drogas e de armas, contrabando, lavagem de dinheiro, pirataria). Todas as decisões do comitê estadual são repassadas a um Comitê de Gestão Integrada Nacional. O comitê define as prioridades para investimentos federais na área de segurança pública no estado e dissemina as experiências bem sucedidas nas localidades e que podem servir de exemplo. O SUSP estimula ainda a articulação de projetos de segurança pública, a criação de consórcios metropolitanos e Municipais, além de políticas de segurança urbana e comunitária nos municípios⁷⁷”

Na prática, a realização dos objetivos do SUSP depende da capacidade de introduzir programas eficazes de racionalização e modernização administrativa entre os três níveis de governo e suas instituições de segurança pública. Isso inclui coordenação de sistemas de informação, continuidade de esforços de harmonização de responsabilidades e recursos, de cargos e salários, benefícios e incentivos (parcialmente previstos entre os “princípios e metas” do SUSP citados adiante), porém ainda difíceis de consolidar apesar de melhorias recentes). Depende também de mudanças comportamentais na cultura policial de punição e de prevenção (igualmente previstos entre “princípios e metas”) mas que, a exemplo do Governo de Minas Gerais, requer ações regulares de monitoramento e avaliação, de treinamento com engajamento de universidades, etc. Depende, portanto, também da capacidade de explorar parcerias efetivas entre

75 Marcelo Freitas: Entrevista de Luiz Eduardo Soares (ex-Secretário Nacional de Segurança Pública e subsecretário de Segurança e coordenador de Segurança, Justiça e Cidadania do Estado do Rio de Janeiro) in *Caderno Pensar; Estado de Minas (Belo Horizonte)* 12 dez. 2009.

76 Para uma discussão mais ampla do tema, ver João Trajano Sento Sé, op. cit. e, entre outros, Ana Paula Mendes de Miranda, Nívio Caixeta do Nascimento, Kátia Sento-Sé Mello: *Segurança pública, segurança social e segurança humana (Rio de Janeiro, Instituto de Segurança Pública, Série Formação Policial, Volume 1)*, 2006.

77 SUSP - Sistema Único de Segurança Pública (Brasília, Secretaria Especial de Segurança Pública, Portal Segurança com Cidadania), 28 de junho de 2007 - http://www.seguranca.cidadada.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=22

78 M. Rolim: *Guia para a prevenção do crime e da violência (Brasília, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) Dez 2004* <<http://www.mj.gov.br/senasp/>>

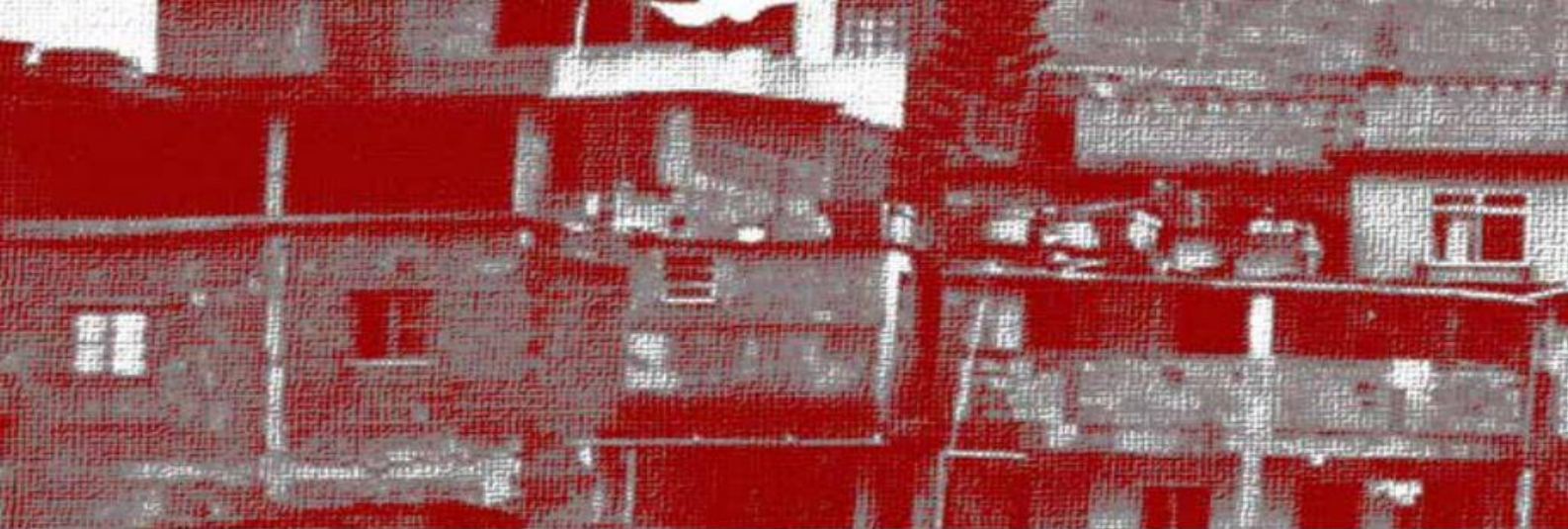
entidades públicas e privadas no âmbito das três políticas centrais supracitadas, especialmente no sentido de fortalecer a capacidade efetiva de prevenção de violência.

É hoje mais que evidente, que o fortalecimento de uma política de segurança pública depende da melhorias da capacidade institucional dos municípios, que estão sendo crescentemente pressionados pela população local a assumir responsabilidades tradicionalmente relegadas aos governos estaduais. Mais recursos serão necessários para desenvolver Programas Municipais de Segurança, inclusive diagnósticos e implementação de programas de prevenção, formação das Guardas Municipais, etc.

Segundo um dos defensores de programas de fortalecimento dos municípios com apoio e coordenação estadual e federal ancoradas no SUSP⁷⁸:

“Durante muito tempo, uma visão simplificadora e equivocada sobre segurança pública permitiu que se firmasse o entendimento de que o tema era de responsabilidade dos Governos Estaduais. Tudo porque os estados dirigem as duas principais estruturas de policiamento brasileiras: as Polícias Militares e as Polícias Civis. ... Assim, quando se imagina que a segurança pública seja “responsabilidade dos governos estaduais”, o que se está afirmando é um conceito pequeno sobre segurança pública que aparece identificada com a repressão e a persecução criminal. A idéia de ‘Segurança Pública’, entretanto, pressupõe uma realidade bem mais complexa e deve abarcar um conjunto de providências e de programas específicos que podem manter pouca ou nenhuma relação com o trabalho das polícias. ... Algumas cidades brasileiras têm desenvolvido iniciativas do tipo, com resultados surpreendentes. ... As polícias são e continuarão sendo muito importantes para a Segurança Pública. É dever da União e dos Estados aperfeiçoá-las e capacitá-las para que estejam à altura de sua missão de fazer cumprir a Lei...Uma política de segurança deve envolver também outras agências, públicas e privadas, capazes de desenvolver e apoiar políticas da prevenção.”





O sucesso ou fracasso da política de segurança pública nas metrópoles depende ainda de outras duas políticas complementares:

a) combate ao narcotráfico com expulsão de traficantes e ocupação provisória de morros e favelas anteriormente controladas pelo narcotráfico (a exemplo de algumas iniciativas recentes do Governo estadual do Rio de Janeiro) e;

b) melhorias no ordenamento e administração do espaço urbano, incluindo a regularização de registros de propriedade, segurança jurídica, contenção de construções ilegais (e frequentemente inseguras), incentivos à expansão formal/legal de serviços básicos e de atividades econômicas em geral, entre outras medidas essenciais de contenção do crescimento ilegal e desordenado de morros e favelas – medidas essas que são igualmente essenciais para integrar essas comunidades adequadamente à dinâmica social e econômicas das cidades⁷⁹.

Uma política de “justiça juvenil” tem sido especialmente enfatizada e pressionada pelas agências do sistema das Nações Unidas e outras entidades civis defensoras de direitos civis. Essa política busca garantir, inter alia, a proteção dos direitos das crianças/adolescentes (que pelos conceitos do sistema das Nações Unidas quer dizer “crianças” de até 18 anos – ver nota 3). Para isso, enfatiza o desenvolvimento ou fortalecimento de capacidade institucional do sistema jurídico como um todo. Tal política foi parcialmente refletida nos “princípios e metas” do SUSP instituída em julho de 2007:

- Direitos humanos e eficiência policial são compatíveis entre si e mutuamente necessários;

- O Sistema de Justiça Criminal deve ser democrático e justo, isto é, orientado pela igualdade, acessível a todos e imune ao exercício violento e discriminatório do controle social;

- Ação social preventiva e ação policial são complementares e devem combinar-se na política de segurança;

- Polícias são instituições destinadas a servir os cidadãos, protegendo direitos e liberdades, inibindo e reprimindo, portanto, suas violações;

- Às Polícias compete fazer cumprir as leis, cumprindo-as;

- Policiais são seres humanos, trabalhadores e cidadãos, titulares, portanto, dos direitos humanos e dos benefícios constitucionais correspondentes às suas funções;

- Promover a expansão do respeito às leis e aos direitos humanos;

- Contribuir para a democratização do Sistema de Justiça Criminal;

- Aplicar com rigor e equilíbrio as leis no sistema penitenciário, respeitando os direitos dos apenados e eliminando suas relações com o crime organizado;

- Reduzir a criminalidade e a insegurança pública;

- Controlar o crime organizado e eliminar o poder armado de criminosos que impõem sua tirania territorial a comunidades vulneráveis e a expandem sobre crescentes extensões de áreas públicas;

- Bloquear a dinâmica do recrutamento de crianças e adolescentes pelo tráfico;

- Ampliar a eficiência e reduzir a corrupção e violência policial;

- Valorizar as polícias e os policiais, reformando-as e requalificando-os, levando-os a recuperar a

⁷⁹ É fácil discutir iniciativas isoladas de melhoria de favelas, mas muito difícil tratar da questão integral de zoneamento, ordenamento e administração territorial das metrópoles. A questão não é popular; é de longa metragem e politicamente pouco atraente; vai na contramão do incrementalismo administrativo oriundo da falta de recursos e da natureza dos conflitos de interesse na definição de prioridades e alocação de recursos. Entretanto, é crescentemente evidente que enquanto não exista uma política única e integrada de administração do território, os projetos isolados de benfeitorias de favelas não conseguem conter a favelização: ela se transfere e não se resolve, ficando na marginalidade dos pontos periféricos das metrópoles.



confiança popular e reduzindo o risco de vida a que estão submetidos.

Porém, do ponto de vista de diversas entidades nacionais e das agências do sistema das Nações Unidas, a “justiça juvenil” deve ir além desses princípios e metas, especialmente no sentido específico de melhorar processos de monitoramento e, para isso, instituir e aplicar indicadores que efetivamente aumentem a visibilidade pública e a proteção de crianças/adolescentes em conflito com a lei.

Um conjunto de 15 indicadores de justiça juvenil foram desenvolvidos pelo UNICEF, o Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC) e outros membros do Painel Inter-agencial sobre Justiça Juvenil, nomeadamente⁸⁰:

- “1. Número de crianças detidas durante um período de 12 meses por 100.000 crianças.
2. Número de crianças em detenção por 100.000 crianças.
3. Número de crianças em prisão pena por 100.000 crianças.
4. Tempo de prisão das crianças antes da condenação.
5. O tempo de prisão das crianças após a condenação.
6. Número de mortes de crianças em detenção durante um período de 12 meses, por 1.000 crianças detidas.
7. Percentual de crianças em detenção não totalmente separadas dos adultos.
8. Percentual de crianças em detenção que foram visitadas por, ou visitaram, pais ou tutor ou um membro adulto da família nos últimos três meses.
9. Percentagem de crianças condenadas a receber

uma pena de prisão preventiva.

10. Percentagem de crianças desviadas ou condenadas que entram num esquema de desvio pré-sentença.

11. Percentagem de crianças libertadas recebendo cuidados posteriores.

12. Inspeções independentes regulares: Existência de um sistema de garantia de inspeção independente e regular dos locais de detenção; percentagem de locais de detenção que tenham recebido uma visita de inspeção independente nos últimos 12 meses.

13. Existência de um mecanismo de queixas para as crianças em detenção; Percentagem de locais de detenção com um sistema de reclamações em funcionamento.

14. Existência de um sistema de justiça juvenil especializado.

15. Existência de um plano nacional para a prevenção do envolvimento das crianças no crime”.

Estes indicadores buscam: a) facilitar informações internacionais mais comparáveis para monitoramento de progresso na aplicação de normas internacionais, b) promover a proteção das crianças em conflito com a lei através do envolvimento dos agentes locais na coleta de informações e, assim, evitar que as crianças “passem através da rede” e c) introduzir maior transparência e responsabilidade via avaliação de políticas, programas e práticas em níveis nacional, regional e global.

Será certamente importante avaliar a coerência entre os doze primeiros desses indicadores (em particular) e as práticas atuais de monitoramento da justiça juvenil.

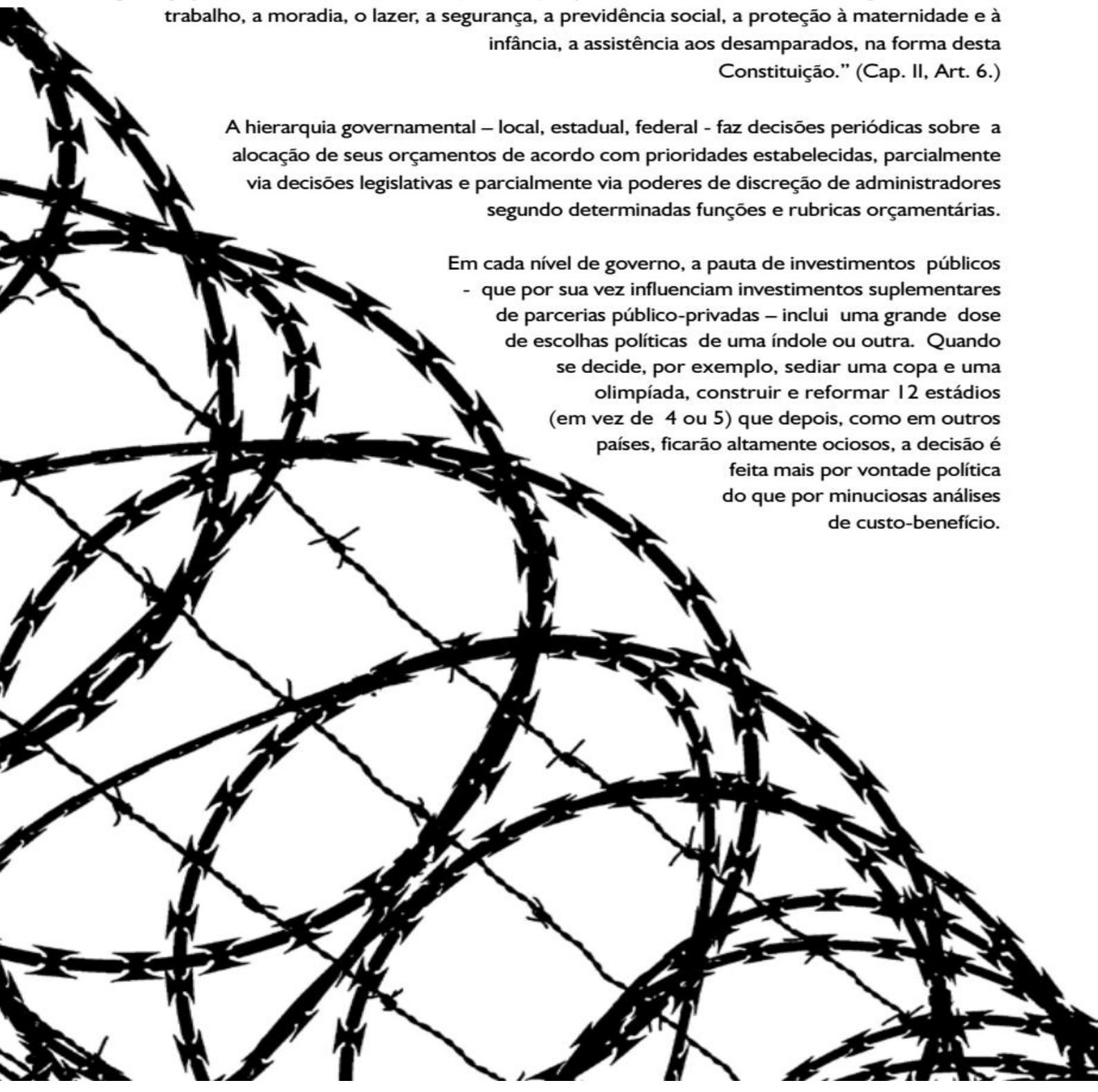
⁸⁰ UNODC/ UNICEF: *The 15 Juvenile Justice Indicators* (New York, 2006), April 2006, <http://www.juvenilejusticepanel.com/resource/items/1/5/15JJIIndicators.pdf>

3.4 Prevenção : mais eficaz e mais rentável que a mera repressão e reabilitação

A discussão sobre prevenção da criminalidade e da violência em geral deve partir da premissa (frequentemente banalizada ou esquecida) que, de acordo com a Constituição Federal vigente, a segurança pública é “dever do Estado” (Art. 144) e que “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (Cap. II, Art. 6.)

A hierarquia governamental – local, estadual, federal - faz decisões periódicas sobre a alocação de seus orçamentos de acordo com prioridades estabelecidas, parcialmente via decisões legislativas e parcialmente via poderes de discreção de administradores segundo determinadas funções e rubricas orçamentárias.

Em cada nível de governo, a pauta de investimentos públicos - que por sua vez influenciam investimentos suplementares de parcerias público-privadas – inclui uma grande dose de escolhas políticas de uma índole ou outra. Quando se decide, por exemplo, sediar uma copa e uma olimpíada, construir e reformar 12 estádios (em vez de 4 ou 5) que depois, como em outros países, ficarão altamente ociosos, a decisão é feita mais por vontade política do que por minuciosas análises de custo-benefício.



A questão de investimentos para prevenção direta e indireta da criminalidade e da violência em geral não deveria ser muito diferente, até por que alguns dos custos e benefícios da prevenção não são facilmente mensuráveis –certamente mais difíceis de estimar do que os custos e benefícios de novos estádios ou de infra-estruturas de caráter parcialmente temporário para viabilizar uma olimpíada, por exemplo. Porém, não é isso que acontece. Os investimentos públicos em prevenção de criminalidade são ainda muito baixos, apesar dos custos sociais serem muito altos e continuarem crescendo.

A baixa prioridade dada à prevenção da violência em geral torna necessário apelar para técnicas de análise de custo-benefício para tratar de convencer a hierarquia governamental e a sociedade de que a prevenção é rentável da perspectiva da sociedade e da economia como um todo, e não apenas das perspectivas específicas das vítimas, dos infratores, ou dos contribuintes.

Como têm evoluído os orçamentos dos governos locais, junto com recursos complementares estaduais e federais, para executar políticas, programas e projetos de reabilitação de crianças/adolescentes em conflito com a lei? Quais os resultados desse investimento em termos de indicadores de impacto e de custo-benefício? Como tem evoluído a despesa pública em custos diretos e indiretos da violência e criminalidade em geral? E como têm evoluído os custos/investimentos de atividades de prevenção? É difícil encontrar respostas para estas perguntas mesmo em nível municipal. Isto prejudica tanto a defesa das ações de reabilitação quanto a defesa das de prevenção já realizadas; e prejudica mais ainda a capacidade de propor e justificar investimentos futuros para obter melhorias de execução das políticas supracitadas, etc.

Existe hoje, porém, uma vasta literatura que pode ajudar a desenvolver estudos ex-ante e ex-post sobre custos e benefícios comparados de alternativas de investimentos em programas e projetos de reabilitação e de prevenção. Há evidência em alguns países de que, dinheiro gasto por exemplo em programas pre-escolares dão um benefício líquido maior para a sociedade/economia que o mesmo dinheiro gasto no acréscimo (marginal) de espaço em cárceres e centros de reabilitação. Mas como demonstra a literatura, existe uma variação considerável na rentabilidade social de investimentos de prevenção. Por isso, estudos de custo-benefício são importantes como instrumento de formulação e avaliação de projetos de reabilitação e de pre-

venção para orientar decisões políticas e administrativas.

Alguns estudos apresentam sínteses de resultados de pesquisas diversas. Um deles analisou centenas de avaliações de custo-benefício nos Estados Unidos e Canadá desde meados da década de 70, concluindo que programas de prevenção de infrações penais praticadas por crianças, adolescentes e adultos, tiveram um retorno para os contribuintes (em termos de valor presente líquido) de até 28 dólares por cada dólar investido⁸¹.

Uma série de outras pesquisas sobre o impacto de programas educacionais para crianças pobres de idade pré-escolar nos Estados Unidos têm revelado alto retorno social em termos de indicadores de criminalidade e de outros indicadores de integração sócioeconômica. Esses programas têm sido inspirados pelo High/Scope Perry Preschool Project realizado no início dos anos 60, que ficou famoso pela sua abordagem e sobretudo pelas pesquisas realizadas sobre seu impacto a longo prazo⁸²:

...O High/Scope Perry Preschool Project desenvolveu uma abordagem educativa de alta qualidade, focalizada em crianças de 3 e 4 anos de idade em situação de risco de fracasso escolar. Um estudo longitudinal constatou que não só foi eficaz como um projeto de intervenção educacional, mas que demonstrou também outros resultados positivos, incluindo uma taxa de criminalidade e de delinquência significativamente mais baixa, bem como menor incidência de gravidez adolescente e de dependência de programas de assistência pública de renda. Aos 27 anos de idade, os participantes (originais) do programa tinham cerca de três vezes mais chance de serem proprietários de suas próprias casas do que o grupo de controle e menos de metade da probabilidade de receber assistência pública. Mediando uma série de benefícios decorrentes de uma redução na criminalidade e na melhoria geral das oportunidades de vida, a relação benefício-custo do Perry Project foi estimada em 7,16, i.e., cada dólar gasto no programa teria tido um retorno de 7 dólares para a sociedade/economia.

Outro amplo estudo realizado por Rodrigo Soares da PUC, Rio, estimou a dimensão saúde no custo social da violência para 73 países. Em média, 1 ano de expectativa de vida perdidos para a violência estaria associada a um custo social anual de 3,8% do PIB. A dimensão “saúde” aumentaria a estimativa dos custos sociais da violência em 40% nos Estados Unidos e em 57% na América Latina⁸³.

81 S. Aos, P. Phipps, R. Barnoski, R. Lieb: *The comparative costs and benefits of programs to reduce crime* (Seattle, Washington State Institute for Public Policy), May 2001.

82 Síntese de John Wilson (Acting Administrator, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention, US Department of Justice), in Greg Parks: "The High/scope Perry Preschool Project", *Juvenile Justice Bulletin* (Washington, DOJ), Oct. 2000, p. 1.

Algumas estimativas de custos sociais da violência em termos de percentagem de PIB referentes a diversos anos entre 1999 e 2005 variam entre 2 e 7%: Estado de São Paulo, 3%, Município do Rio de Janeiro 5%, Cidade do México 3.6%, México 2-3%, Jamaica 3.7%, Estados Unidos, 5%, New Zealand 6.7%.

Outros estudos demonstraram que investimentos em educação e suprimento de outras necessidades básicas das crianças/adolescentes, inclusive a substituição de trabalho infantil por acréscimos de frequência e desempenho escolar suplementados por programas de assistência de renda, são altamente rentáveis do ponto de vista da sociedade/economia como um todo⁸⁴.

A maioria dos estudos existentes sobre o custo-benefício de investimentos variam em metodologias que não cabe aqui rever. No entanto, para promover debate e estudo, vale a pena salientar os seguintes passos da metodologia básica de custo-benefício aplicável a projetos alternativos de prevenção da perspectiva da sociedade/economia:

- Estabelecer o leque de benefícios (e identificar os que são comparáveis com benefícios de investimentos alternativos para fins de análise comparativa de investimentos opcionais);
- estimar os benefícios (preferencialmente com análise ex-ante e ex-post, comparando o grupo alvo de intervenção com o grupo de controle);
- estimar e somar o valor monetário de todos os benefícios selecionados (i.e. especialmente os comparáveis);
- estimar e subtrair os custos (utilizando preferencialmente cálculo de custos marginais, e.g. um, dois ou três cenários estimados de redução do número de internos do DEGASE - que resultariam de um programa de prevenção e uma redução de custos parciais (na margem), enquanto que certos custos fixos não seriam alterados, etc.);
- calcular o valor presente líquido para indicar a lucratividade do investimento, levando em conta cenários de inflação, e o valor temporal do fluxo de valores

monetários dos custos e benefícios, utilizando uma taxa de desconto social correntemente aceitável (e.g., uma taxa usada em projetos sociais recentes financiados por bancos de desenvolvimento);

- identificar a distribuição dos custos e benefícios - quem perde, quem ganha (vítimas, infratores, famílias, contribuintes e, potencialmente, comerciantes e residentes de comunidades afetadas pela prevenção);
- conduzir análise sensorial para as premissas de base (e.g. taxa de redução de determinadas infrações "ri1" versus "ri2", ou sobre o custo dessas infrações "ci1" versus "ci2", ou sobre a redução de custos marginais resultantes de uma queda de internos do sistema DEGASE, etc.);
- comparar, na medida possível, o valor presente líquido do investimento versus o de outros investimentos referentes a intervenções opcionais (e.g. investimento em prevenção "p1" versus investimento em prevenção "p2" versus investimento marginal em reabilitação em entidades socioeducativas "ri", etc.).

É reconhecido que tanto os custos quanto os benefícios de intervenções específicas em prevenção tendem a ser subestimados por limitações metodológicas, inclusive a necessidade inicial de enfatizar benefícios e custos monetários comparáveis com os de outras opções de investimento, ou com os custos para a sociedade/economia das externalidades de baixo investimento em prevenção, ou até de não se fazer nada. A melhoria dessas metodologias merece atenção especial no âmbito de projetos e programas específicos, sempre como suporte, e não como determinante, de decisões que, como bem se sabe, enveredam mais por critérios políticos do que critérios técnicos.

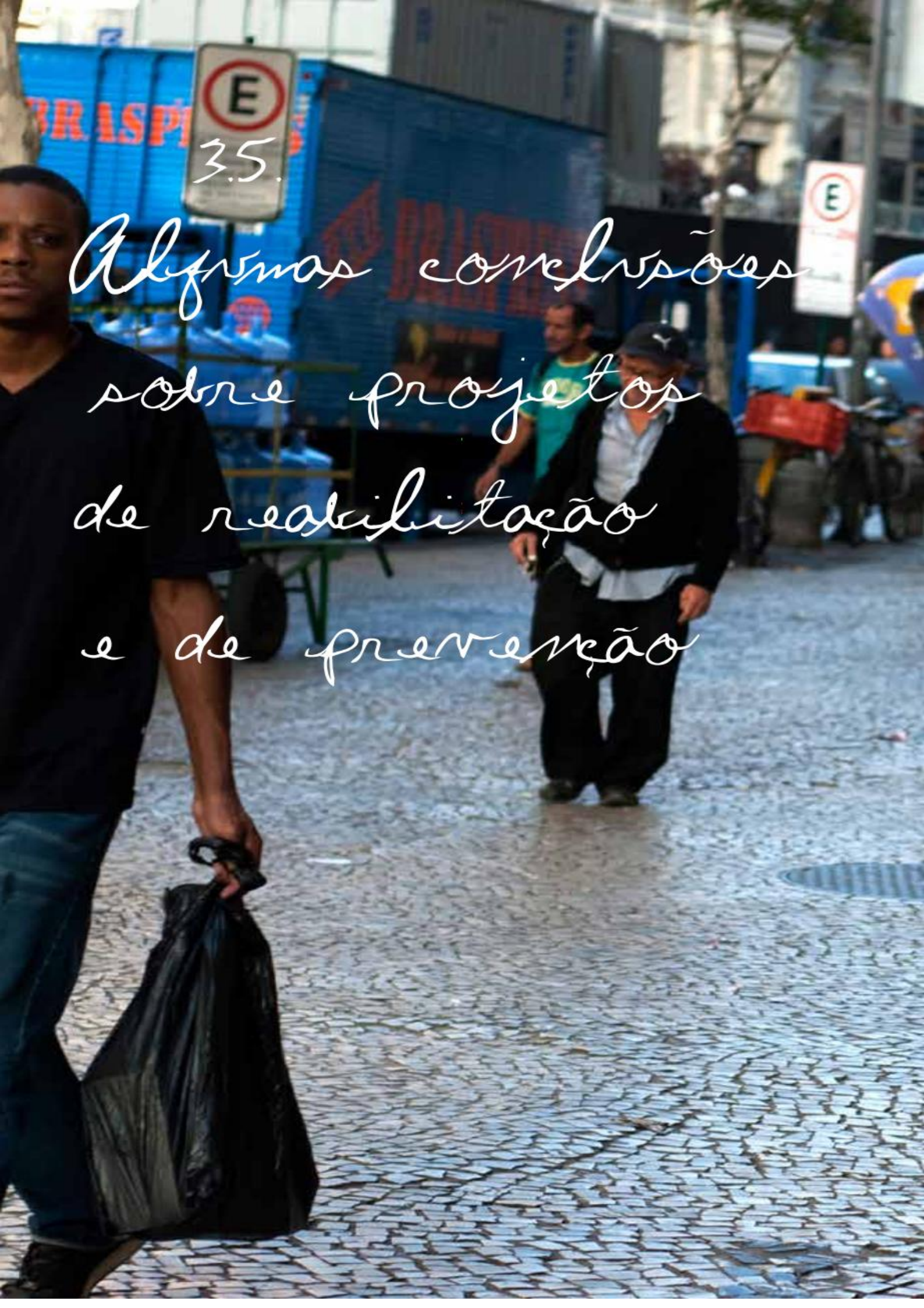
O alto índice de homicídios no Brasil, e sobretudo de assassinatos de crianças/adolescentes, expõe uma tecido social perverso onde a análise de custo-benefício de prevenção necessita de parâmetros e critérios políticos especiais. Quanto vale a vida de uma criança/adolescente pobre, provavelmente negra, para fins de cálculo de custos e benefícios de prevenção?

⁸³ Rodrigo R. Soares: "The welfare cost of violence across countries" (*O custo social da violência em diversos países*), in *Journal of Health Economics* (Elsevier), Volume 25, Issue 5, September 2006, pp. 821-846.

⁸⁴ Ver, por exemplo, ILO: *Investing in every child: An economic study of the costs and benefits of eliminating child labour* (Geneva, ILO) 2003; G. Psacharopoulos and H. Patrinos: *Returns to Investment in Education: A Further Update*. World Bank Policy Research Working Paper 2881 (Washington, World Bank) 2002.

⁸⁵ Para uma discussão dessas questões, ver, por exemplo, John Chisholm "Benefit-Cost Analysis and Crime Prevention" in *Trends and Issues in crime and criminal justice* No. 147 (Canberra, Australia Institute of Criminology < <http://www.aic.gov.au> >), Feb 2000. Evaluation Briefing Series: *Cost-Benefit Analysis for Juvenile Justice Programs* (Washington, DC, Juvenile Justice Evaluation Center, Justice Research and Statistics Association, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention) 2002.





35.

Algunas conclusiones
sobre proyectos
de rehabilitación
e de prevención



Este livro sobre o Projeto Pan Social põe em clara evidência uma experiência válida e relativamente bem sucedida de ações de reabilitação de crianças/adolescentes em conflitos com a lei. Expõe o contexto sócioeconômico, comportamental e de reabilitação desses cidadãos; evidencia os avanços e as dificuldades que podem ajudar a melhorar políticas, programas, projetos e recursos humanos e financeiros que afetam o desempenho do DEGASE e de seus agentes educativos em geral; demonstra que é difícil mas possível reabilitar boa parte dos jovens em conflito com a lei se as ações internas de reabilitação forem complementadas por oportunidades concretas, negociadas, de emprego para os egressos do sistema socioeducacional. Demonstra, sobretudo, que é urgente investir mais e melhor em projetos como elementos de políticas e programas de prevenção da violência e infrações penais cometidas por crianças/adolescentes.

Isso quer dizer que ações do tipo do Projeto Pan Social são essenciais mas insuficientes. São elemento essencial no âmbito de uma política de “segurança socioeconômica”, mas elemento insuficiente da prevenção – porque não cabe a tais projetos levar a cabo dimensões centrais das políticas de “segurança pública” e de “justiça ju-

venil” ou de políticas suplementares de combate ao narcotráfico e ao crescimento desordenado do território metropolitano que, em muitos casos, promove carências sociais e marginalidade social. Não lhes cabe evitar, por exemplo o assédio de gangues dentro e entre comunidades alvo desses projetos, ou evitar o assédio de recrutamento de crianças/adolescentes pelas redes de tráfico de drogas e armas, etc.

O fortalecimento de projetos do tipo do Pan Social é necessário, mas isso implica desafios na natureza e nas negociações de parcerias público-privadas e na relação com doadores. Nos seus quarenta e tantos anos de vida, a Ação Comunitária do Brasil/RJ tem amadurecido como instituição não governamental sem fins lucrativos, que vem apostando no talento e na potencialidade das populações locais, buscando promover oportunidades de protagonismo comunitário e de inserção social, desenvolvendo tecnologias e iniciativas inovadoras, algumas delas já absorvidas e tentativamente replicadas por órgãos públicos. O trabalho desenvolvido tem tido como principal viés a qualificação profissional, o estímulo ao trabalho cooperativo e ao empreendedorismo solidário, e abrange a educação, a arte, a cultura, a promoção



da saúde e a responsabilidade ambiental. Isto se dá em parceria com a iniciativa privada, com entidades governamentais, organizações sociais locais, nacionais e internacionais. É uma entidade crescentemente reconhecida e premiada.

Porém, organizações como a ACB/RJ confrontam crônicas dificuldades de recursos financeiros devido à excessiva dependência de financiamentos com base em projetos. No caso específico da ACB/RJ, existe uma incoerência entre, de um lado, o amplo papel social que desempenha principalmente nas comunidades de base, que constantemente solicitam serviços parcialmente imprevisíveis e, de outro lado, a limitada capacidade de angariação e alocação de recursos vinculados a projetos. Doadores querem resultados e atividades previstas baseadas numa contabilidade estritamente controlada, enquanto que a clientela comunitária frequentemente pressiona por flexibilidade de cobertura de atividades e produtos. Há quase sempre conflitos inevitáveis entre a) as necessidades gerais comunitárias de jovens atendidos e de pessoal de treinamento e outros atendentes e b) as necessidades e metas específicas alvejadas pela contabilidade dos projetos. Esta dicotomia foi inclusive evidenciada em algumas

etapas do Pan Social, quando dois novos parceiros foram integrados ao Projeto, elevando significativamente o número de jovens atendidos e obrigando a elaborar e a negociar novos financiamentos.

Embora essa problemática seja típica de processos de elaboração de projetos, de angariação de fundos e de implementação, é certo que ela tende a causar ineficiência em termos de atrasos e de sobrecarga técnica e administrativa que prejudicam a eficácia e sustentabilidade dos projetos e, temporariamente, até da própria entidade como um todo.

Levando em conta o perfil e as funções sociais da ACB/RJ em matéria de apoio à integração social e à prevenção de violência e outras infrações de crianças/adolescentes, seria desejável que essa (e outras entidades comparáveis) tivessem uma margem de manobra financeira maior, em termos de a) cobertura maior de custos fixos, e/ou de b) acréscimos orçamentários que possam ser rapidamente negociáveis com doadores para cobrir aumentos de custos variáveis decorrentes de novas atividades e propostas de interesse comum.



Bibliografia

BIRMAN, Patrícia. “Favela é comunidade?”. In: SILVA, Luiz Antônio Machado da. (org.) Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

CANO, Ignacio. “Uso da força letal pela polícia do Rio de Janeiro: os fatos e o debate”. Rio de Janeiro: Archè, ano VII, n. 19, 1998.

FRIDMAN, Luiz Carlos, LEITE, Márcia & OLIVEIRA, Pedro Paulo de. “Sussuro que se torna voz: moradores de favelas falam sobre violência, justiça e ação coletiva”, mimeog.

LEITE, Márcia. “Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro”. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v. 15, n. 14, out. 2000.

SILVA, Luiz Antônio Machado da. “Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública”. In: Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

----. “A continuidade do “problema da favela”. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002

PANDOLFI, Dulce & GRZYNSZPAN, Mário. “Favelas e poder público: uma relação delicada”. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.) Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

SOARES, Luiz Eduardo. “O Mágico de Oz e outras histórias sobre a violência no Rio”. In: Violência e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ISER/Relume Dumará, 1996.

VALLADARES, Lúcia. “Que favelas são essas?”. Insight Inteligência. Rio de Janeiro: ago./out. 1999.

ZALUAR, Alba. “A globalização do crime e os limites da explicação local”. In: VELHO, Gilberto & ALVITO, Marcos (orgs.). Cidadania e violência. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

----. “Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas.” Dados. Rio de Janeiro: v. 40, n. 3, 1997.

BIONDI, Edson José; PACHECO, Mafalda Moretto; VEIGA, Lino Pinheiro. Avaliação Biopsicossocial de Adolescentes em Conflito com a Lei no DEGASE – Departamento Geral de Ações Sócio Educativas (2002). Disponível em: <http://www.anjt.org.br/PESQUISA_BIONDI_CENTRO_DE_TRIAGEM_2002.pdf>. Acesso em: 4 maio 2008.

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (2006). Disponível em: <[ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/participacao_parceria/conferencias/2007/Sinase.pdf](http://www2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/participacao_parceria/conferencias/2007/Sinase.pdf)>. Acesso em: 13 dez 2007.

SILVA, Enid Rocha Andrade; GUERESI, Simone. Adolescentes em conflito com a lei: situação do atendimento institucional no Brasil. Texto para Discussão. Brasília: IPEA/Ministério da Justiça, 2003.

...PROTEGEI MEUS IRMÃOS...PARA QUE NÃO
SOFRAM ABANDONO E QUE AQUELES QUE ES-
TÃO NA RUA CONSIGAM UM LAR PARA MORAR...

ORAÇÃO DO GATO



**DESENVOLVIMENTO
& CIDADANIA
PETROBRAS**



PETROBRAS



Ação Comunitária do Brasil
Rio de Janeiro



**COORDENAÇÕES RESPONSÁVEIS PELO
PROJETO PAN SOCIAL:**

AÇÃO COMUNITÁRIA DO BRASIL DO RIO DE JANEIRO

COORDENAÇÃO GERAL

Marília Pastuk

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Bruno Chalu Santana

Mônica Bastos

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Emanuelle Araújo

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO

Fátima Prado

COORDENAÇÃO FINANCEIRA

Marcio Monte Alto

Maria Leopoldina Santos

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO LIVRO
RAZÃO POR QUE FIZ?

Armand Pereira

Marília Pastuk

Mario Amoroso

Emanuelle Araújo

DIAGRAMAÇÃO/DESIGN GRÁFICO

Marcela Escobar

FOTOGRAFIA

Thiago Ripper

Uma Publicação da:



Ação Comunitária do Brasil
Rio de Janeiro

www.acaocomunitaria.org.br
Praça Mahatma Ghandi, nº 2
Salas 621 a 624 - Centro/RJ
Contato: +55 21 2253 6443



Uma Publicação da:



Ação Comunitária do Brasil
Rio de Janeiro

www.acaocomunitaria.org.br
Praça Mahatma Gandhi, nº 2
Salas 621 a 624 - Centro/RJ
Contato: +55 21 2253 6443

ISBN 978-85-63708-00-7



9 788563 708007